

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA  
CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA

**TALYSSON BENILSON GONÇALVES BASTOS**

**ESPAÇO MARINHO E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE UM LUGAR: política,  
cultura e espacialidade na Atenas clássica.**

SÃO LUIS

2016

**TALYSSON BENILSON GONÇALVES BASTOS**

**ESPAÇO MARINHO E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE UM LUGAR: política,  
cultura e espacialidade na Atenas clássica.**

Monografia apresentada ao Curso de História Licenciatura  
da Universidade Estadual do Maranhão para o grau de  
Licenciatura em História.  
Orientadora: Prof. Dra. Ana Livia Bomfim Vieira

SÃO LUÍS

2016

**TALYSSON BENILSON GONÇALVES BASTOS**

**ESPAÇO MARINHO E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE UM LUGAR: política,  
cultura e espacialidade na Atenas clássica.**

Monografia apresentada ao Curso de História Licenciatura  
da Universidade Estadual do Maranhão para o grau de  
Licenciatura em História.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Livia Bomfim Vieira

Aprovada em:    /    /

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. (a). Dra. Ana Livia Bomfim Vieira (Orientadora)

Universidade Estadual do Maranhão

---

Examinador 1

---

Examinador 2

## AGRADECIMENTOS

Durante o decorrer do curso de História Licenciatura as batalhas enfrentadas foram constantes, sendo estas superadas através do apoio de várias pessoas que me incentivaram na conclusão do curso. Ao longo desta turbulenta jornada, percebi o quanto é importante ter pessoas que acreditem no seu potencial. Essa singela homenagem é uma forma de agradecimento pela presença de vocês em minha vida, seja de qual maneira for.

Inicialmente agradeço à mim mesmo, pois sem o interesse, disposição e força de vontade, de nada adiantaria.

Agradeço esta universidade, sua direção, corpo docente por me dar suportes teóricos para minha formação durante a minha graduação.

Especialmente à minha orientadora, não poderia ter feito melhor escolha nesta primeira etapa da minha formação acadêmica, além da afinidade temática, pessoalmente, uma pessoa que admiro e me espelho. Meus sinceros agradecimentos aos conselhos em momentos de indecisões e as orientações sempre enriquecedoras, os encontros do grupo de pesquisa sempre me faziam reafirmar a certeza em continuar com esta pesquisa.

Agradeço imensamente à minha mãe, mulher inspiradora, forte, linda, inteligente, e uma das pessoas mais amáveis que eu já tive o prazer de conhecer, sem o seu apoio incondicional eu dificilmente conseguiria chegar até aqui, esse primeiro produto é todo dedicado à senhora.

Aos meus irmãos, Antonio Faustino Junior e Antônio Fasutino Neto, pelas conversas, vivências, conselhos e amizade compartilhada. Não poderia querer outros irmãos, outra família. Muito obrigado!!

Aos meus amigos Ana Karla Camêlo, Ananda Carvalho, Amanda Neves, Camila Farias, Danna Paula, Drielle Bittencourt, Emanuel Barros, Francisco Lima, Felipe Soeiro, Helenice da Hora, Iana Amancio, Juliane Ribeiro, Luciane Sousa, Luma Baia, Lussara Gomes, Matheus Henrique, Raphael Ramos, Remy Cutrim, Thiago Viana pelo constante incentivo e amizade compartilhada.

Aos órgãos de fomento e projetos de iniciação científica aos quais participei e fui aluno bolsista pesquisador, essa prática só contribui positivamente para a formulação de pesquisas inovadoras e compromissadas: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), UEMA/PIBIC; Fundação de Amparo à Pesquisa no Maranhão (FAPEMA)

*"(...) Outros vivem da caça, et estas caças variam conforme os povos: uns, por exemplo, vivem de rapina; outros de pesca, aqueles que habitam à beira mar de lagos, pântanos, de rios ou de um mar fértil em peixes (...) Eis aqui, então, aproximadamente o número de gêneros de vida, pelo menos aqueles onde os homens têm uma atividade diretamente produtora e, sem troca nem comércio, procuram sua comida: vida de nômade, de agricultor, de saqueadores, de pescador, de caçador (...) eles levam o gênero de vida ao qual a necessidade lhes obriga"*

ARISTÓTELES. Política I, 1256 a-b

## RESUMO

Esta pesquisa busca o alcance da construção de um olhar político, cultural e religioso sobre os pescadores do V e IV século a.C, relacionando o imaginário sobre o mar e este grupo específico, para tal fizemos um estudo sobre o contexto no qual o mar inseria-se e mesclava-se com o corpo cívico ateniense, tal como suas representações e significações, principalmente com as produções da iconografia grega, os discursos criados para se manter um afastamento deste meio que representaria o outro, o diferente referente ao espaço terrestre. Para Platão o mar seria um lugar infrutífero no qual não se poderia plantar muito menos colher nada. Nesse contexto temos a figura do pescador que era visto com um olhar de desconfiança justamente por esse contato constante com o mar, para o grego o mesmo é a identidade social, aquilo que eles tem como modelo, sob a forma do que não é animal, selvagem, mas do que é cívico e sociável. O sentido da alteridade é aquilo que está fora da norma, defendemos que no pensamento do homem ateniense do século V a.C., principalmente da elite intelectual, tudo que envolvia o contato direto com o mar e seus atributos receberia esse olhar de cautela ou mesmo de afastamento. Foi, essa noção de alteridade, que nos fez perceber o porquê dos pescadores afastarem-se do convívio político e social da organização nuclear ateniense, afinal estes não se identificavam com as práticas ali institucionalizadas. Além disso, abordamos questões como o surgimento e a afirmação de um sistema Imperialista empregado pela pólis dos atenienses, que para salvaguardar seu sistema político democrático, fez uso de estratégias militares, políticas e culturais.

**Palavras-chave:** Mar. Cultura. Alteridade.

## ABSTRACT

This research seeks to achieve the construction of a political, cultural and religious look on V and IV B.C century fishermen, relating the imagery of the sea and this particular group, for such, we did a study on the context in which the sea was inserted and blended with the Athenian civic body, as its representations and meanings, especially with productions of Greek iconography, speeches created to keep a distance of this place that represent the other, the different references to the terrestrial space. For Plato the sea would be a fruitless place where you could not plant much less harvest anything. In this context we have the fisherman's figure was seen with a look of suspicion precisely this constant contact with the sea, the Greek it is the social identity, what they have as a model, in the form of what is not animal, wild, but what is civic and social. The sense of otherness is what is outside the norm, we argue that the thought of the Athenian man of the fifth century BC, especially the intelligentsia, all involving direct contact with the sea and its attributes would get this look of caution or expulsion . It was this notion of otherness, which made us realize why fishermen deviate from the political and social life of the Athenian nuclear organization, after all they did not identify with the institutionalized practices there. In addition, we address issues such as the emergence and affirmation of an Imperialist system employed by the polis of the Athenians, that to safeguard its democratic political system, made use of military, political and cultural strategies.

**Key-words:** Sea. Culture. Otherness.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>08</b>
<b>2 MODELO <i>POLÍADE</i> E AS RELAÇÕES IDENTITÁRIAS DOS PESCADORES</b>	<b>12</b>
2.1 O contexto do mundo rural e os valores <i>políades</i> do período Clássico. ....	12
2.2 Percursos Teóricos .....	18
2.3 Documentação Material e Documentação Imagética: A defesa de um aprofundamento acadêmico.....	27
2.4 Metodologia .....	30
<b>3 PAISAGEM E RELIGIOSIDADE: os deuses e a construção identitária do pescador</b> .....	<b>31</b>
3.1 Os habitantes das costas: A relação construída entre os gregos e o mar.....	31
3.2 Os deuses “outros”: Ártemis, Atená <i>aíthya</i> e Póntos .....	34
3.3 Paisagem religiosa e construção identitária: O espaço como meio integrador .....	41
3.4 O lugar social da pesca enquanto trabalho produtivo .....	48
<b>4 DEMOCRACIA E IMPERIALISMO: o mar e seus agentes</b> .....	<b>55</b>
4.1 Democracia dos mares: Política imperial e desagregação .....	55
4.2 A teoria política e a defesa de um projeto de gestão: Análise dos discursos platônicos e aristotélicos. ....	58
4.3 Os limites de definição de uma classe <i>eleutheroi</i> e a <i>hybris</i> do pescador.....	63
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	<b>71</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>73</b>
<b>APÊNDICE</b> .....	<b>74</b>



## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho busca discorrer acerca do estatuto político dos pescadores atenienses do período Clássico. A preocupação aqui é rastrear as ações desses agentes do ponto de vista de suas práticas sociais.

Problematizaremos o sistema cultural, a organização política ateniense, a espacialidade e os discursos elaborados por uma elite intelectual que propunha projetos políticos que iam contra o sistema democrático de plena participação e envolvimento do *dêmos*.

O grupo selecionado chama atenção por seu caráter altamente subversivo do ponto de vista do que poderíamos chamar de cidadania *políade*. Estes indivíduos eram de fato cidadãos que não desempenhavam essa cidadania, ou seja, não se envolviam nas atividades públicas de Atenas.

Os pescadores atenienses elaboraram para si um sistema identitário que estaria fora das normas *políades*, criando assim uma alteridade que não se elaborava a partir do viés étnico, mas pelo viés da formulação das identidades<sup>1</sup>. Apesar de elaborarem uma maneira diferenciada de se fazer presente diante a sociedade na qual viviam, estes tinham na religião e no culto a divindades específicas, mas que compunham o panteão da cultura ateniense, um dos seus meios de reafirmação de sua identidade. (Vieira, 2011; Assunção, 2015)

Além disso, apresentamos a espacialidade como modo de integração e resistência frente ao modelo ideologicamente construído tanto socialmente quanto culturalmente. A análise dos discursos que partiam de cima e o panorama sobre o imperialismo ateniense como mecanismo de resolução de conflitos internos e garantia do sistema democrático defendido por setores de uma elite divergente completam as nossas discussões sobre o contexto citado.

A sociedade ateniense do período clássico contribuiu e contribui, ainda hoje, para formulações da base do pensamento ocidental, afinal, é de lá, em grande parte, que se reinterpretou aspectos que hoje consideramos jurídicos, o próprio sistema democrático, contribuições da disciplina econômica, a própria filosofia, dentre outros.

Mesmo sendo uma sociedade tão notável, como qualquer outra é, não se tratava de um sistema perfeito, harmônico e coerente, como muitas vezes a documentação oficial

---

<sup>1</sup> A identidade aqui é pensada como plural, maleável, não cristalizada, mas em constante formulação.

nos leva a crer. Por isso a crítica a fonte, ainda mais se tratando de uma produção de pesquisa histórica, precisa ser feita com a devida atenção.

Na elaboração da problemática desta pesquisa, temos como objeto um determinado grupo social específico: Os pescadores atenienses do período clássico. Estes agentes por vezes aparecem na documentação como indivíduos outros, como se estes não fizessem parte de um sistema hierárquico e socialmente aceito, tal sistema idealizado a partir de uma elite intelectual de vasta produção e elaboração de tratados e que levava em consideração, em suas abstrações, apenas elementos que euforizassem os valores aristocráticos.

Frente a isso, este grupo social que destacamos nos chamou atenção por formular, em contrapartida ao sistema fechado e excludente, de valores sociais e práticas laborais construídas, todo um conjunto de ações, ritos, tradições e valores próprios com intuito de elaboração de uma identidade que os abarcasse.

Além disso, o contexto político de emergência do sistema democrático e o confronto de participação efetiva ou não dos grupos sociais mais afastados do núcleo da *pólis* ateniense, como no caso dos pescadores, que provavelmente habitavam as costas litorâneas da região Ática, e acabavam por se abster deste tipo de prática.

Aliado aos fatos propostos, temos a definição de algumas hipóteses. Primeiramente, os pescadores atenienses eram de fato cidadãos. A sua definição de cidadania não fazia parte do que o discurso oficial propunha, logo demonstrando seu caráter subversivo. A documentação oficial apresenta características negativas a determinados grupos sociais. O contexto político de emergência do sistema democrático influenciou os discursos de poder. A ampla participação de setores anteriormente excluídos fez com que os agentes de caráter oligárquico elaborassem discursos que visavam a desarticulação do sistema político democrático. Os pescadores não se interessavam em envolver-se nas práticas do sistema político ateniense do período Clássico. Os pescadores, por sua íntima ligação com sua atividade profissional tinham por lugar de habitação as costas.

Objetivou-se compreender como um dado espaço pôde contribuir para a concepção/visão política, cultural, social, sobre um determinado grupo: Os pescadores da Atenas do período Clássico. Além disso, se buscou problematizar o lugar físico e as atividades do pescador, analisar a iconografia grega com temas relativos ao mundo marinho e investigar a construção social dos discursos sobre os “homens do mar”.

O recorte temporal desta pesquisa compreende o V e o IV século a.C. Não pretendemos tratar os pescadores do ponto de vista de sua atividade especificamente. Temas como as técnicas de pesca não aparecem neste trabalho; a iconografia é lida a partir de interpretações que entendem a imagética enquanto mensagens sociais usando os princípios definidos por Joly (1994); Pantel (2013), autoras que trabalham a imagética do ponto de vista da circularidade das mensagens sociais. Deixamos de lado assim qualquer uso de teorias da arte.

As motivações que levaram o empreendimento deste trabalho de pesquisa recaem na indagação e mesmo incômodo que o grupo social dos pescadores atenienses nos causaram, do primeiro contato com a tese de doutorado da Prof. Dr<sup>a</sup> Ana Livia B. Vieira, nossa orientadora, até o início da leitura documental, muitas vezes pesarosa e mesmo a priori difícil por em sua maioria serem redigidas em outras línguas.

O sentimento e o interesse pela apreensão e dedicação em dar voz e contribuir para uma produção de qualidade referente a essa temática tão pouco explorada, foram as principais motivações do início dessa jornada.

O mar é desde tempos remotos um causador de sensações adversas, este também se fez presente no cotidiano pessoal do autor que vos relata uma experiência pessoal de um ilhéu, que passava todos os dias em seu trajeto para o campus e se deparava com a espacialidade marítima.

Talvez, um exame mais aprofundado dos meandros de práticas rituais e crenças tradicionais remonte ao passado do autor que teve, em oferta concedida por sua avó materna, a construção de um elo divino e o apadrinhamento por parte de São José de Ribamar, entidade relacionada ao mar, padroeiro de um município ludovicense que possui uma íntima relação com o ambiente marinho.

Explicações míticas ou interesses acadêmicos pessoais (não poderiam os dois caminhar juntos?) a inserção em uma linha teórica com uma gama de autores e historiadores fazem-se necessárias para não recorrermos à fábula.

Levamos em conta para este trabalho a leitura direcionada para abordagens que protagonizassem as relações de identidade/alteridade. Essa opção se deu por entendermos que desta maneira as explicações sobre os pescadores e a sua relação com a sociedade que chamamos “nuclear” seriam melhor compreendidas pelo par “mesmo e “outro”.

Como método utilizamos análises imagéticas e textuais a partir de ferramentas de leitura analítica que proporcionassem uma crítica ao discurso presente. Principalmente na

documentação escrita, a intenção era investigar os valores, a visão de mundo, contidas nos discursos, para, a partir daí, confrontarmos o que era idealizado e o que era praticado. A documentação imagética é lida a partir dos signos que compõem uma mensagem social, com isso procuramos rastrear os juízos de valor empregados nessa produção.

Este trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro apresentamos a estrutura do espaço rural, *chóra*, e os valores que moldaram a vivência do espaço urbano, *ásty*, e como o pescador se apresentava frente à essas questões, discutimos ainda os processos teóricos que sustentam essa pesquisa, levando em consideração questões como formulações identitárias. No segundo capítulo discutimos os espaços, não como simples configuração física, mas como elo de integração da comunidade dos pescadores. Ao longo do terceiro capítulo investigamos aspectos do discurso de base oligárquica que visava atacar a política democrática, tal como localizar o papel dos pescadores frente a esse sistema político tido pela historiografia, muitas vezes, como sistema de pleno envolvimento daqueles considerados como cidadãos.

## 2 MODELO *POLÍADE* E AS RELAÇÕES IDENTITÁRIAS DOS PESCADORES

Esse capítulo aborda o contexto social ao qual o nosso objeto está inserido, discutiremos a ambientação rural, alguns valores e as atividades próprias deste ambiente. Elucidaremos, também, as principais características do mundo *políade* urbano e, para isso, não pretendemos construir uma polarização dos espaços. A intensão aqui é reforçar que ambos possuíam características específicas que precisam ser levadas em consideração. Abordaremos, também, o mapeamento das principais questões teóricas que permearam este estudo. Este capítulo está dividido em 1) O contexto do mundo rural e os valores *políades* do período Clássico; 2) Percursos teóricos; 3) Documentação Material e Documentação Imagética: A defesa de um aprofundamento acadêmico; 4) Metodologia.

### 2.1 O contexto do mundo rural e os valores *políades* do período Clássico.

Durante a primeira metade do V século a.C. Atenas é representada, na sua produção cultural como uma sociedade de valores ligados ao campo. Todas as características formadoras de um ideal de cidadão pleno eram associadas ao espaço rural.

Essa Atenas assemelha-se à sociedade descrita por Hesíodo em “Os Trabalhos e os Dias”: rural, agrícola e aristocrática. A partir da segunda metade do quinto século “Atenas”<sup>2</sup> faz uma opção pelo espaço urbano. Isso ocorre como forma de fortalecer a democracia e os segmentos sociais a ela ligados, segmentos essencialmente urbanos. (Vieira, 2002, p.161)

Segundo Theml (1988), a formação da *pólis* e consequentemente, os seus valores urbanos, vão aparecer em “superação” à estrutura palaciana característica do período Arcaico. Estas distinções por nós estabelecidas possuem o propósito de demonstrar como as instituições sociais apresentam-se enquanto questões construídas, discursos elaborados em favor a certos interesses e projetos políticos. Tudo aqui é pensado como construção.

A autora apresenta algumas inovações já gestadas no período entre o VIII e o VII século a.C que irão contribuir para a formação da estrutura *políade* conhecida e estabelecida no período Clássico:

---

<sup>2</sup> Ou melhor, a produção intelectual.

I. Aumento Populacional- O aumento da população propiciou o crescimento das áreas cultivadas, já aparecendo os olivais e os vinhedos, provocando o recuo da atividade pastoril que fundamentava a estrutura palaciana<sup>3</sup>.

II. Inovações técnicas- A geometria de Tales de Mileto e o teorema, a ele atribuído (“um triângulo se encontra determinado, se são dados sua base e os ângulos relativos a ela”) foram empregados para calcular a distância e a localização do barco. A navegação grega passou a existir sobre novas bases, as quais permitiram maior segurança nas suas viagens.<sup>4</sup>

III. O aparecimento da moeda- O seu aparecimento naturalmente trouxe uma mudança nas formas de troca, no estabelecimento do valor dos produtos, nas formas das medidas, na independência política e na forma de riqueza que juntamente com a posse da terra serviram a partir das reformas de Sólon (594/592 a.C) um novo lugar na constituição de categoriais sociais e nos conflitos sociais no interior da *pólis*.

IV. O aparecimento do alfabeto e, por conseguinte, da escrita fonética- A apropriação da escrita, nas *póleis*, inicialmente, se fez na modalidade de comunicação oral; e a escrita era pra ser vista, lida em voz alta e ouvida, portanto, pública. A escrita fonética possibilitou a criação de novas formas de expressão e novos gêneros literários. A palavra *mágico-religiosa* era privilegio dos reis e foi sendo suplantada pela *palavra-debate*.<sup>5</sup>

V. A formação hoplítica- O *Hoplita* era o guerreiro que combatia em fileiras, com disciplina, assim não havia mais lugar para o herói e sim para o cidadão. Por sua vez, o seu armamento: espada, escudo redondo com duplo punho, elmo, joelheiras e couraça era acessível a pequenos e médios proprietários, comerciantes e artesãos, significando dizer que a nova ordem *políade* passava a depender dessas categorias sociais para defesa e reprodução de sua própria estrutura.

VI. A multiplicação da vida cultural- As práticas religiosas tornaram-se mais autônomas e mais específicas à vida social. O local do culto, espaço do sagrado, que permitia ao homem o contato com o divino, lugar de sacrifícios, apareceu como espaço diferenciado e público. Altar e templo passaram a ser considerados espaços reservados ao uso público.

VII. A publicação de leis- Este fato permitiu à *dike* ( o direito, a justiça) tornar-se um bem comum e público, na forma de princípios gerais e regras gerais

---

<sup>3</sup> Thelms, 1988, p.26

<sup>4</sup> lbm.lbd, p.27

<sup>5</sup> lbm. lbd, p.28

suscetíveis de serem aplicados a todos e por todos conhecidos. A *dike* se realizou através do *nómos* (lei) comum a todos, mas superior também a todos, exprimindo uma ordem concebida como justa, como sagrada, como política e pública.

VIII. A colonização- A colonização permitiu a conquista de novas terras e o estabelecimento de *apoikías* (colônias agrárias), produzindo uma nova representação de espaço, de território e de limites.

IX. O *Sinoecismo*- Ato deliberado de transformação da ordem política, jurídica e religiosa, criando um novo ordenamento social no qual a política e o público passavam a ter existências diferenciadas e reconhecidas pela sociedade.

X. O aparecimento da propriedade privada da terra e a permanência da família nuclear- Esta forma de propriedade, no conjunto de combinações das inovações, do VIIIº ao VIIº século a.C., tornou-se dominante. Foi um dos elementos constitutivos da pólis, propiciador do conceito de privado e um dos fatores de separação e diferenciação entre o sentido de *oikos* e de *gênos*.<sup>6</sup>

Assim estava estruturada a sociedade *poliade* do Vº século, todos estes fatores apresentados combinaram-se numa forma sócio-política original, que foi chamada de *pólis*, mas é preciso lembrar que nem todas as regiões da Grécia Antiga promoveram essa revolução *poliade*, algumas regiões como a Macedônia, neste período, ainda estavam se organizando na forma de realeza.

O território cívico compreendia a união entre a *ásty*, espaço urbano e a *chôra*, espaço rural. Este conjunto interdependente, interligado e complementar, representava, no universo simbólico do ateniense, o espaço da ordem, da segurança, da coisa pública, da memória coletiva e do ideal de civilidade.

Deteremo-nos a analisar as características do espaço rural uma vez que a costa ateniense era considerada espaço periférico, ou seja, longe da acrópole, o centro cívico e religioso. Essa opção se dá pela delimitação objetiva de pensar o ambiente físico e as práticas inerentes a este espaço no qual os pescadores vivenciavam suas experiências cotidianas.

O espaço rural é entendido como uma área transformada pelo homem com uma relativa dispersão da população, onde haveria uma predominância das atividades agrícolas, onde a terra seria tanto um instrumento de trabalho como meio de riqueza e valor<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Ibd.lbm, p. 29-32.

<sup>7</sup> Farcy, 1975, p.11-12.

O território ateniense é coberto em grande parte por montanhas: mais de 1000 km<sup>2</sup> da sua superfície<sup>8</sup>. Essa informação poderia nos direcionar à associação de uma completa inadequação à prática da agricultura, os atenienses, contudo, se adaptaram e exploraram o potencial de um terreno com tais características da melhor forma possível.

Enquanto Tucídides apresenta o solo ático como sendo composto de grande aridez<sup>9</sup>, Platão nos informa de uma grande fertilidade capaz de saciar um exército<sup>10</sup>. Segundo Vieira, ambas passagens estão repletas de exageros, muito embora elas demonstrem uma posição acerca da produtividade de Atenas. A qualidade do solo não era excelente, mas esta característica não impediu o desenvolvimento de uma agricultura comercial que exportava azeite e vinhos.

As principais práticas desenvolvidas neste espaço rural e que vão estar eminentemente ligadas ao ritmo da *phýsis*<sup>11</sup>, a saber: agricultura, pastoreio e a pesca.

A pesca como atividade que se realizava no espaço rural como posto por Malagardis e Chevitarese, segundo Vieira, a primeira autora argumenta que assim como a caça, a pesca estava ligada à uma economia antiga, portanto, ligada ao mundo rural.<sup>12</sup>

Chevitarese (1997) esboça mais dois argumentos nessa construção, segundo o autor a *pólis* ateniense é praticamente toda banhada pelo mar, com uma grande diversidade de frutos do mar e peixes, inclusive existindo vários pratos de cerâmica grega ateniense com motivos relacionados ao mar, e que nos permitem inclusive, identificar algumas espécies apresentadas.<sup>13</sup>



TRENDALL, A.D. *Greek red-figures fish plates*. (1987)

<sup>8</sup> Chevitarese, 1997, p.78

<sup>9</sup> Tucídides. História da Guerra do Peloponeso. I,2.5

<sup>10</sup> Platão, Crítias. 110a-111a.

<sup>11</sup> Comumente traduzida por "Natureza"

<sup>12</sup> Malagardis, 1988 p,114

<sup>13</sup> Chevitarese, 1997, p.212



O prato ático de figuras vermelhas do período clássico tem por contexto temas decorativos e por função social, servir como oferendas votivas nos templos. O que percebemos são representações de peixes e conchas, o que nos faz inferir que o conhecimento representativo dos temas que aparecem nas cerâmicas gregas só podem ser projetados com um mínimo de contato físico com a coisa representada, no caso das representações míticas apontamos para a questão do imaginário como fruto de intenções e motivos produzidos culturalmente. Logo, o peixe ou os frutos do mar, fazem-se presentes no cotidiano do ateniense de uma maneira geral.

A *pólis* dos atenienses era uma sociedade de lugares hierarquizados, de grupos sociais com diferentes objetivos, projetos e conjuntos identitários no qual, se usarmos como metáfora a construção de um mosaico, compunham a totalidade imagética do que seria essa estrutura tão complexa e, aparentemente, contraditória.

Diferenciações de identidade pelo culto à deuses específicos e que estariam mais próximos às necessidades individuais de cada agente ou grupo social eram amplamente presentes. Mesmo assumindo que havia essa pluralidade religiosa, projetando uma ótica acerca da sociedade ateniense como um todo, a religião será um aspecto muito mais de integração do que diferenciação ou perseguição, ou mesmo como servindo como mecanismo de isolamento social, muito pelo contrário. Isso se dá pela própria estrutura da religiosidade grega, um sistema de experiências relacionais com o divino que não promulgava dogmas ou diretrizes aprisionantes. A exclusão ou o olhar negativo que recaía sobre os pescadores parte de esferas do social e político.

Na sociedade póliade do V século, alguns valores são postos como exigência e manifestação da cidadania, estes valores dão sentido para a configuração do que seria o bom cidadão.

Dentro destes valores poderíamos ilustrar a coragem (*andréia*), a temperança (*sophosýne*), a bondade (*praótes*), a liberdade (*eleutheríotes*<sup>14</sup>), dentre outros.

Segundo Vieira, a presença do desequilíbrio, ou seja, o desrespeito à algum desses valores estabelecidos por algum cidadão, era visto como uma ameaça à sobrevivência de todo corpo cívico, de toda a *pólis* dos atenienses, nesse sentido não pode-se falar em individualidades, o cumprimento da ordem harmônica depende de todos, é aqui

---

<sup>14</sup> Interessante notar a semelhança na estrutura do termo *eleutheríotes* "liberdade", com o termo *eleutherói*, "cidadão", sintaticamente muito próximos na escrita grega os dois termos fazem parte da mesma família lexical "eleuthe" e possuem sentidos que no contexto do período clássico ateniense poderiam ser próximos, logo aquele que possui liberdade está próximo do que é ser cidadão.

que encontramos o ideal de *koinonia*, integração comunal. Uma desmedida (*hybris*) poderia provocar uma contaminação (*miasma*) em toda a sociedade, desestruturando-a. (VIEIRA, 2011, p.38)

A sociedade ateniense possuía mecanismos de gerenciamento das relações com o outro baseados na hierarquização social. É do final do período Arcaico (VI séc a.C.) e início do Clássico as famosas reformas de Sólon e a sua divisão social baseada na acumulação de grãos, líquidos e moeda, como medida de riqueza censitária.

Em ordem hierárquica teríamos: 1) *Pentakosiomédimnos*; 2) *Hippêis*; 3) *Zeugittas*; 4) *Thêtta*. Nas duas primeiras estavam os agentes considerados mais importantes, tanto politicamente quanto economicamente, nas duas últimas estavam os cidadãos de posição mediana e de onde saíam os cavaleiros, da classe dos *Zeugittas* tínhamos a formação dos hoplitas; os *thêttais*, classe base da sociedade ateniense, estavam os remadores, pequenos e médios proprietários, pequenos e médios artesãos, sapateiros, camponeses e pescadores.

Como já exposto, Atenas enquanto uma sociedade extremamente diferenciada e plural, conhecia valores que deveriam ser terminantemente cumpridos. Talvez um dos mais significativos seria a participação efetiva nas discussões políticas em praça pública. Segundo essa ideia introdutória, começamos a pensar Atenas enquanto uma sociedade altamente contraditória e excludente.

Os pescadores, no período clássico, não vão se envolver em debates públicos ou discussões acerca do direcionamento político da *pólis* e isso fará, em grande parte, com que estes cidadãos sejam mal vistos socialmente e mesmo negligenciados.

Este sistema socialmente ilustrado é um exemplo do tratamento da alteridade que caracteriza atividade prática ou ritualística das sociedades altamente hierarquizadas ou de linhagem: um jogo sobre as fronteiras que tende, seja a assimilar o outro e a realçar a dinâmica interna da diferença, seja expulsá-lo a fim de marcar os limites da identidade.

O tratamento do outro não é, senão uma forma indireta ou negativa de pensar o mesmo, o idêntico: no nosso caso, o pescador é visto como essa figura que desarticula todo um ideal padrão que deveria ser seguido para que houvesse reconhecimento social e garantia de alguma atribuição de status.

A questão aqui não é étnica, não é religiosa, mas aproxima-se de um efeito social onde ser reconhecido socialmente estaria entre as prioridades daqueles que visavam

o bom convívio e o usufruto de possíveis posições políticas. A questão é interna, demonstra uma das contradições da sociedade ateniense.

## 2.2 Percursos Teóricos

Segundo Augé (1999), todo indivíduo está em relação com diversas coletividades às quais define a sua identidade de grupo; pertencer a uma fratria, a uma linhagem, a um clã, faixa censitária, aldeia etc.

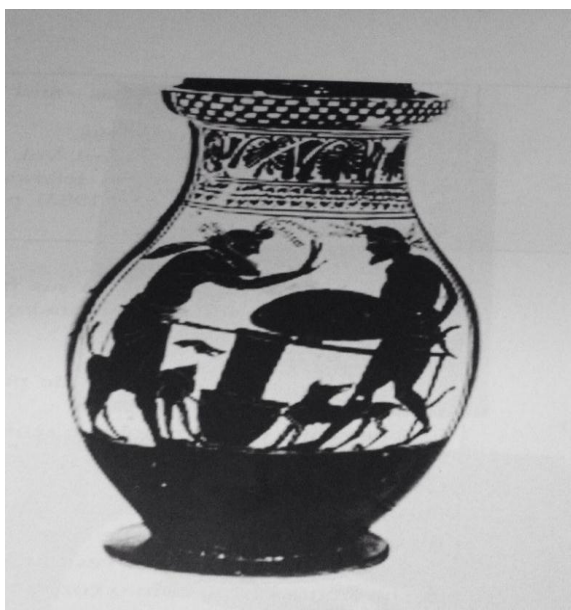
Mas todo indivíduo singular se define, também, por suas relações simbólicas e instituídas com um certo número de outros indivíduos, quer estes pertençam a mesma coletividade que ele ou não. Pode haver a alteridade entre indivíduos que pertencem à coletividades diferentes até o momento no qual o afastamento entre essas coletividades ou esses universos de referência torna-se tão grande que as diferenças individuais se dissipam e não são mais ou só dificilmente simbolizadas (Augé, 1999, p.44).

Para o autor a atividade ritual, sob suas diversas formas, tem por objetivo essencial a conjugação e domínio dessa dupla polaridade, o objetivo principal dos atos religiosos seria, então, estabelecer, reproduzir ou renovar as identidades individuais e coletivas no âmbito social (Augé, 1999, p.45).

O par identidade/alteridade remete, pois, a uma dupla oposição, entre indivíduo e coletividade de um lado, entre si mesmo e outro, por outro lado, o que corresponde aliás à natureza dupla do ato ritual que, único para cada um dos que dele são objeto[...]” Não se segue daí que o eixo da identidade seja exclusivamente social e o eixo da alteridade essencialmente pessoal. A dupla polaridade subjacente ao par identidade/alteridade sugere, ao contrário, a relatividade da oposição entre o social e o individual- e não há nenhuma dúvida, com efeito, de que a categorização social seja constitutiva da pessoa nem que, inversamente, os procedimentos da definição da pessoa sejam socialmente preconstituídos: o social e o individual são como a sombra um do outro e o ritual nunca se realiza mais espetacularmente do que quando se apaga a ilusão do corpo individual ou coletivo (AUGÉ, 1999, p.45-46)

Concordamos com o autor no sentido em que este aponta os rituais como elementos de unificação social. Como já exposto apesar do olhar socialmente negativo, os pescadores, ao longo da historiografia específica trabalhada e da documentação selecionada, pareciam possuir uma preocupação em cumprir ritos que agradassem às suas

divindades principais. Do alto mar à comercialização do pescado nos portos, é nítido esse comprometimento de honrar às divindades<sup>15</sup>.



Berlim, Antikenmuseum (F1915)

A cena acima descrita aponta dois homens ao lado de um *bómos*. O a esquerda da cena segura uma *máchaira* com a mão direita. O homem da direita segura um peixe grande sobre o *bómos*. Ambos apresentam folhagem na cabeça, indicação de ato sacrificial. Os gestos de corte também condizem com sacrifício. Não podemos afirmar especificamente que os personagens na cena eram representações de pescadores, mas também não é possível descartar esta hipótese.

Segundo Vieira, a partir dos deuses que os pescadores cultuavam é possível identificar características que aproximem as divindades ao grupo e perceber como os pescadores se viam e como a sociedade os via, algumas divindades que constituíam esse “*pantheon*”, por exemplo, não estavam necessariamente ligadas à atividade pesqueira, pelo menos não num primeiro momento.<sup>16</sup>

Outro importante aspecto teórico que sustenta as argumentações construídas aqui se direciona para a reflexão acerca da relação entre espacialidade e construções identitárias. Toda a crítica ou defesa elaborada aqui tem como principal linha as relações de identidade nas mais diferenciadas ações. Essa opção se deu por entendermos que esse caráter explicativo elucida muito das nossas inquietações, além do que já expomos.

<sup>15</sup> Ver: Oinochoé Ática de figuras negras-520 a.C. Berlin, Antikenmuseum (F1915); HOPPER, R.J. Trade and industry in classical Greece- Londres: Thames and Hudson, 1979.

<sup>16</sup> Essa é uma questão que será aprofundada mais afrente.

Os pescadores se diferenciavam pela sua área de habitação, estes tinham como dispositivo espacial a região costeira. Tendo isso em mente, é necessário explicitar que a sociedade poliade foi marcada por relações do ver e do ouvir, a *pólis* reconhecia seus cidadãos pelo caráter expositivo e o trânsito no espaço urbano, nas discussões em praça pública, ser alguém “conhecido” ou minimamente visto, nos parece algo de extrema significância para aquela estrutura social, o que, claramente, não vai ocorrer com o grupo dos pescadores.

Platão dedica parte de suas elaborações filosóficas em *As Leis* em atacar as atividades do mar, sobretudo a pesca. Este autor via o mar como símbolo do desconhecido, aspecto de contaminação e perigo iminente. A identidade daqueles que tinham no mar um lugar de pleno convívio é assim negativada.

Segundo Augé (1994), não seria de se espantar que os termos de um discurso sejam geralmente espaciais, a partir do momento que o dispositivo espacial é, ao mesmo tempo, o que exprime a identidade do grupo, e o que o grupo deve defender contra as ameaças externas e internas para que a linguagem da identidade conserve um sentido. (Augé, 1994, p.45).

Nesse sentido, o espaço físico contribui na construção de identidades e, sendo assim, cada grupo social vai procurar defender seu próprio espaço como elemento identitário.

As pesquisas que visam à investigação das sociedades antigas possuem, hoje, muitos caminhos, seja no viés interpretativo ou a abrangência metodológica das quais dispõe, dependendo do trajeto escolhido: análise de imagens de cerâmicas, estátuas, mosaicos, pinturas parietais, relatórios arqueológicos, plantas topográficas, análises lexicográficas, dentre outras.

Falando especificamente do nosso recorte, a Atenas no período clássico (V e IV séculos a.C.), o trajeto por nós escolhido (análise da cerâmica Ática de figuras vermelhas) buscamos transmitir, pelo menos em parte, o sentido expresso pelos artífices nas representações sobre o universo marinho, tal como confrontar e estabelecer o imaginário social construído acerca daquele espaço, entendendo as representações como leituras do real por parte daqueles que demandavam e/ou produziam a iconografia referente.

Para tal, escolhemos para a leitura das imagens, o método proposto por Martiny Joly (1994), em sua obra “Introdução à análise da imagem”. Ela indica que os motivos que

compõe os sentidos das imagens devem ocorrer pelo processo de conotação. Para a autora, as imagens não representam apenas informações diretas- denotativas, elas possuem uma estrutura de sentidos complexos que possibilitam outras leituras dos elementos representados, ou seja, o signo é construído de faculdades que provocam uma significação segunda a partir de uma significação primeira de um signo pleno, essa estrutura de avaliação é denominada de retórica da conotação.

Para Joly (1994), todas as imagens são dotadas de um significado: primeiro, que é o nível denotativo; segundo: por um plano conotativo (interpretável). Nesse sentido, os signos são dotados de sentidos gradativos que caminham pelo significante (denotativo), face perceptível concreta da mensagem, e seguem para o significado que formula a interpretação do signo.

O significante, para Barthes, é um elemento essencial para a constituição de um signo. O significante surge de um contexto social e passa a fazer sentido interpretativo quando o significado consegue absorver as informações culturais que o significante pretende transmitir. Este significado não quer dizer uma “coisa”, mas uma representação simbólica e cultural desta “coisa”. No processo de significação, o significado é dotado das características do conteúdo que se manifesta diversas vezes na esfera ideológica (BARTHES, 1971).

O Corpus por nós selecionado possui cerâmicas figurativas de imagens tanto míticas, como as consideradas cenas do cotidiano. Vale ressaltar que o recorte temporal se refere aos períodos do século V ao IV a.c. onde é protagonista a cerâmica de figuras vermelhas. Já o recorte geográfico limita-se, principalmente, à região Ática. Essa opção se dá pelo fato de que a montagem de um Corpus que leva única e exclusivamente os temas iconográficos, e não as produções regionais, pode induzir o pesquisador ao erro interpretativo uma vez que os signos figurativos variavam nas diferentes *pólis* do mundo Grego antigo.

Ao que se refere à documentação textual, trabalhamos com os sentidos culturais construídos sobre o mar, especificamente em Platão, *As Leis*, Homero, *Odisséia*, Hesíodo, *Os trabalhos e os dias*, Alciphron, *Cartas dos pescadores* e Oppien, *Halieutica*.

Em suas descrições Oppian escreve: “As tribos do mar” seria o antônimo da “majestade terrestre” em uma clara oposição de sentidos colocando a ideia do que vem do

mar é sempre duvidoso ou selvagem, o autor continua: “O mar é desconhecido a muitos dos que navegam, e este só pode ser mapeados pelas “artes”<sup>17</sup>.

Entendemos que o sentido empregado no termo está associado ao uso da *métis*, seja ela pelo pescador ou pelo *nautai* (marinheiro). O trabalho do pescador, é incerto, além de cansativo. Diferentemente do caçador terrestre que dispunha de campos sazonais para o descanso, tal como fazia uso de rios e frutas silvestres para o seu benefício. Os pescadores são motivados por sonhos e esperanças, além de terem uma movimentação lenta no mar estes tem de lidar com o frio, com o descontrole e a fúria marítima.

A caça aristocrática<sup>18</sup> é muito mais prazerosa do que laborosa, diferentemente da caça marinha pois os homens do mar faziam-na por uma necessidade, e o desenvolver desta atividade, gerava uma espécie de polaridade social, uma vez que a caça *hoplita*, atividade de uma elite, é valorizada, traz um status social elevado diferentemente da pesca que é exercida muito mais por uma lógica de sobrevivência, sem estar relacionada à algum tipo de prestígio social.

Com relação à caça marinha, não há a ajuda de cães para orientar os pescadores, as faixas ou os caminhos a “trilhar”, que seriam os rastros da presa deixados no solo tal como outros indicadores que possibilitassem a perseguição de um animal. Simplesmente não existem ou “não são para serem vistas pois no mar não existe este caminho pelo qual o peixe transita. Por não ter a sabedoria divina o homem não pode conhecer todos “os mistérios do mar”. Com relação à esse embate terra/mar, Oppian nos ilustra: “talvez só os deuses saibam qual elemento seja mais frutífero em termos de condições alimentares.” (OPPIEN. *Haliutica*. I, 204-210.)

Porém, se pensarmos que, para o período, a alimentação à base de carne vermelha era algo destinado principalmente à uma elite, o peixe e os frutos do mar comercializados pelos pescadores nutriam grande parte da população pobre da *pólis*, dado o seu baixo custo, o que denota uma hipótese, afinal se este pescador comercializava seu excedente, os produtos marinhos, e estes sendo de fácil acesso, percebemos que, para essa camada social que consumia estes produtos, o pescador não deveria ser alguém tão “desprezível” como alguns textos de Platão sugerem, e, ao contrário, que na verdade o pescador desempenharia uma função de extrema relevância na cidade-estado. Logo, a

---

<sup>17</sup> *Haliutica*. I

<sup>18</sup> Modelo de caça terrestre e praticada por membros da nobreza ateniense, idealizava o confronto direto entre caça/caçador.

visão daqueles que precisavam dessa figura, ao nosso ver, não seria de repulsa ou afastamento, mas de uma possível identificação.

Para a “gente do mar”, as dificuldades eram várias, porém destacamos, principalmente, os medos do mar, ou o medo de se morrer no mar que implicava diretamente na falta de um enterro e, isso, para o grego, era o horror total. Para isso, precisamos entender um pouco como se dava ou qual o sentido simbólico ao qual a morte estava relacionada.

Os gregos estabeleceram diversas políticas com relação a morte para civiliza-la, integra-la na vida social: ritual dos funerais, sobrevivência como glória na memória coletiva por meio da poesia oral, culto heroico. Eles construíram para os defuntos um modo particular de continuar a existir, tendo ao mesmo tempo desaparecido, uma espécie de presença-ausência, dotando-os do que podemos chamar de estatuto social dos mortos que, no caso de alguns, confere-lhes uma importância de primeiro plano em toda a duração da existência comum do grupo (Vernant. 2001, p, 73.)

Pensar a ideia de um estatuto social da morte é algo chave para o melhor entendimento da nossa proposta, pois a morte em alto mar é totalmente o oposto, o contrário, um símbolo de total alteridade já que um corpo que se perde no mar dificilmente será encontrado e este, conseqüentemente, ficaria sem as honras fúnebres o que, para o grego, implicaria não só no esquecimento mas na impossibilidade de entrada no seu destino final, o Hades.

O severo barqueiro, contudo, somente levava aqueles que escolhia, empurrando os restantes para trás. Espantado com o que via, Éneias perguntou à Sibila : - Qual é o motivo dessa discriminação? -aqueles que são acolhidos a bordo do barco são as almas dos que receberam os devidos ritos fúnebres ; os espíritos dos outros, que ficaram insepultos, não podem passar o rio mas vagueiam cem anos abaixo e acima de sua margem, até que finalmente sejam levados. (Bulfinch, 2006 p.258)

A questão da morte no mar, ou o medo de morrer em alto mar denota o receio de cair no esquecimento ( e nós sabemos que para o homem grego, esta espécie de morte é mais terrível do que a morte da carne, biológica) de não receber as devidas honras fúnebres, de não poder fazer a travessia ( explorar o sentido simbólico) no barco de Caronte para o seu destino final e, conseqüentemente, ficar perdido ou vagando pela margem do rio Arqueronte por um século.

E no caso de encontrado o corpo este, notadamente, estaria em um estado crítico, pois sabe-se que o mar é cheio de predadores e seres exóticos, portanto, o corpo humano poderia facilmente ter algumas partes devoradas. (Vieira, 2010, p 63-64)

Um cadáver deformado, devorado, irreconhecível, por vezes, era um peso para o imaginário coletivo dos gregos e, se no caso, ocorresse com alguém ligado ao mar, ou



seja, um “homem do mar”, isto implicaria que mesmo os mais “íntimos” ou os ditos conhecedores deste lugar estariam à mercê das próprias leis do mar, mostrando que o homem não pertenceria, naturalmente, àquele mundo, isto sugere uma relação de alteridade

Entender a relação que o homem grego tinha com o mar, uma relação que é de dependência (dada a grande necessidade deste elemento para o cotidiano *políade* tal como perceber que este fazia parte de sua vida pois a geografia da *pólis* dos atenienses mostra esse aspecto). Além disso, um caráter de estranhamento pois o mar é tido como um outro universo composto de leis próprias, seres além da imaginação, divinos e monstruosos, o medo por este espaço estranho ao homem que mesmo sendo desconhecido incorporava definitivamente seu habitat.

Entender um pouco mais sobre a espacialidade faz-se, ainda nesse contexto, de suma importância pois nos dá a dimensão, em parte, do que este homem vivenciava no que tange os contatos com o mar ou a representação que este indivíduo produzia acerca do mar, perceptível através das narrativas e da tradição oral, tal como a empreitada de Odysseus, na qual Homero nos apresenta alguns frutos deste imaginário ou desta leitura que o homem grego do período clássico fazia do mar.

Esse medo do mar nos proporciona pensar outra questão com relação ao status social dos pescadores. Entendemos que a disforização, ou o baixo status social dos homens do mar se daria por negação, primeiramente, ao que o próprio mar representava.

Platão já alertava sobre esses perigos, pois o mar torna os homens ardilosos, e percebendo que a tendência quando não se conhece algo ou se tem medo é a de se manter um distanciamento daquilo que lhe é estranho. E pelo fato de os pescadores estarem tão ligados ao mar isso, conseqüentemente, os tornava parte do que se entendia pela representação social que os outros indivíduos tinham do mar.

Percebe-se por vezes, a valoração ambivalente do mar, hora tranquilo, maternal, o mar garante o sustento ao pescador. É representação de uma das divindades mais importantes no panteão ateniense, *Posídon*, porém, o mar não é o habitat natural do homem, o mar bravo é imperdoável, incontrolável, e aterrorizador; a morte no mar e os perigos deste outro universo que possui leis próprias, ilustram um dos piores aspectos do mar. Para os antigos, o medo e a precaução com aquilo que estaria relacionado ao mar e seus habitantes monstruosos, aliados às narrativas mitológicas e padrões ideológicos como os propostos por Platão em *As Leis*, legítima e dá a dimensão, em parte, do medo construído acerca daquele espaço.

Para o grego, a morte era algo natural, mas algumas formas de morrer não. Um corpo que se perde em alto mar denota, primeiramente, a falta de um enterro apropriado, ou seja, a falta da simbologia ritual das honras fúnebres, e isso era um peso para o imaginário coletivo.

Trabalhamos até agora com a noção de *Lugares* proposta por Marc Augé (1994), trazendo essa noção para o espaço marinho como sendo o lugar estranho, de transição, ou seja, espaço do desconhecido, mas que é o espaço de identidade de grupo do pescador<sup>19</sup>. Trabalhamos também com o conceito de identidade/alteridade<sup>20</sup> o qual encontramos eco em outra obra de Augé, *O Sentido do Outro* (1999).

Sobre a historiografia levantada apontamos para a tese de doutorado da professora Dr<sup>a</sup> Ana Lúvia Bomfim Vieira. Através de sua leitura direcionamos alguns dos principais pontos desta pesquisa, no intuito de contribuir para a extensão dos saberes já construídos acerca dos pescadores, porém como já exposto com um olhar para o viés político.

A tese da autora, que conta com uma vasta documentação de caráter heterogêneo, busca uma investigação sobre o estatuto social do pescador ateniense do período Clássico. Vieira não se limita à simples formulações rasteiras acerca das atividades desenvolvidas pelo pescador, muito pelo contrário, procura dar voz a este grupo negligenciado fazendo, no silêncio da documentação, aparecer indícios e hipóteses acerca das experiências, desejos, e posições políticas ou desempenhos de papéis atuantes e que foram, muitas vezes, imprescindíveis para o andamento econômico da sociedade *poliade* do V século a.C.

Mesmo as obras estrangeiras não possuem um caráter de problematização como a tese de Vieira, portanto, estas outras caracterizando-se como obras gerais, a exemplo de *Les grecs et la Mer* de Jean-Nicolas Corvisier (2011). Em seu estudo o autor constrói um panorama geral acerca da relação entre os gregos e o mar desde períodos micênicos até a época clássica. Porém, trazendo contribuições decisivas para o andamento desta pesquisa por sua preocupação em sempre evidenciar as fontes antigas como a exemplo dos textos homéricos, os diálogos platônicos, o próprio *Pausanias*, e outros.

---

<sup>19</sup> [...] a partir do momento que o dispositivo espacial é, ao mesmo tempo, o que exprime a identidade do grupo (as origens do grupo são, muitas vezes, diversas, mas é a identidade do lugar que o funda, congrega e une) Augé, 1994, p.45

<sup>20</sup> Alteridade, noção vaga e excessivamente ampla, mas que não reputo anacrônica, na medida em que os gregos a conheceram e utilizaram. Assim é que Platão opõe a categoria do Mesmo à do Outro em geral, *tó héteron*. Vernant, J-P. A Morte nos Olhos. *Figuração do Outro na Grécia Antiga- Ártemis e Gorgó*, 1991, p.12

Recentemente defendida, a monografia da Prof. Mestranda Marla Assunção que aponta que a identidade dos pescadores vai se constituir a partir do religioso, do culto a divindades específicas.

A autora propõe relacionar o imaginário construído sobre o mar e os atributos divinos das entidades marítimas, com o lugar social daqueles que viviam ou sobreviviam do/no mar.

O seu estudo está dividido em quatro partes, compostas por três capítulos e as considerações finais. Ao longo do primeiro capítulo há a exposição das características da sociedade poliade ateniense e o debate da economia antiga. No segundo capítulo temos o aprofundamento do contexto econômico através da sua análise da pesca e sua significância no período clássico. No terceiro capítulo o foco é a definição de uma identidade de grupo por meio do divino. Por fim, a guisa de conclusão Assunção enfatiza que o lugar social do pescador é definido por meio da contradição, e este utiliza dos rituais para reafirmação identitária e inserção no mundo *poliade*.

Para o suporte historiográfico acerca dos conceitos de política, fizemos uso das ideias de plena cidadania que aparecem em G. Starr (2005) dialogando com a crítica desenvolvida por Moses I. Finley (1988) ao regime democrático em Atenas e a relativização da plena participação cidadã.

Alguns novos apontamentos teóricos relevantes para este trabalho estão contidos, também, nas obras de E.P Thompson, (2011), Polignac (2013) Tacla (2012) e Polanyi (1963), as relações de espacialidade e as articulações econômicas completam esta pesquisa.

Este tema acaba por ser de extrema relevância, ao nosso ver, uma vez que visa uma abordagem pouco trabalhada nos estudos das sociedades antigas e nos centros acadêmicos do Norte/Nordeste brasileiro, além disso levando em conta a relevância de se pensar o quanto o ideal de democracia antiga chegava aos grupos sociais que, em tese, mais necessitavam de medidas igualitárias, tal como perceber em que proporção um discurso sobre um dado espaço de integração, no caso o mar, destinado à um grupo, foi apropriado para a visualização destes “homens do mar” em sociedade .

Dentre as nossas principais dificuldades encontra-se o cuidado na seleção do material a ser pesquisado. A internet nos fornece, hoje, muitas fontes imagéticas mas o olhar atento deve manter-se uma ferramenta primária, pois não podemos confiar plenamente em todas as fontes.

### **2.3 Documentação Material e Documentação Imagética: A defesa de um aprofundamento acadêmico.**

História social ou antropologia das praticas culturais populares, por muito tempo foram reduzidas a seus arcaísmos múltiplos ou, mais recentemente, confundidas com os usos impostos, dissimuladamente, pelos objetos de uma cultura que se tornou mercantil.

As lojas de antiquários e as grandes expedições de aficionados pelo “desconhecido”, características do século XIX, ilustram parte da falta de uso da documentação histórica material.

Os processos históricos de investigação cultural de outros povos, num sentido de criticidade à documentação, são característicos da Escola dos Annalles, essa renovação no sentido do fazer historia caracteriza-se enquanto canônico para os historiadores do século XXI. Instigar esse debate é importante em qualquer produção científica pois nos confronta com os paradigmas próprios do ofício de historiador, fomentando a critica interna com o intuito de aprimorar a escrita da historia.

Segundo Ulpiano Meneses, os padrões usuais para o uso da documentação material são: a simples marginalização da cultura material, a supressão no horizonte histórico do universo físico; o uso da vida material, mais precisamente, da informação arqueológica, de maneira puramente instrumental; e o uso “didático” das informações sobre o universo material. Estas se transformam em “ilustrações” daquilo que a documentação textual por vezes já estabeleceu. (Meneses, 1983).

As três posturas descritas pelo autor são caminhos frequentes daqueles que ou por interesse pessoal, ou por falta de profundidade teórica, ignoram a importância da documentação material, mesmo helenistas brilhantes como J.P Vernant preferiram uma investigação sobre as estruturas mentais dos gregos antigos<sup>21</sup>. Das três posturas destacadas advêm três alegações equivocadas sobre a natureza da documentação material ou sobre a dificuldade do seu emprego.

A primeira alegação, destacada por Meneses, aponta que as coisas materiais constituem uma parcela reduzida dos fenômenos históricos, ou seja, existem fenômenos do

---

<sup>21</sup> Mito e Religião na Grécia Antiga de 2006 é um livro bastante simples, mas didático se podemos assim dizer. Não se preocupa com questões mais profundas com as quais esse autor já trabalhou em obras anteriores, como *A Origem do Pensamento Grego*. .

campo social que não se expressam materialmente; outra objeção é a de que além de ser uma documentação “parcial” o documento material é aleatório, principalmente pelos materiais frutos de triagens de sítios arqueológicos e, por último, aquilo que viria dos sítios seria uma espécie de “lixo” cultural, anteriormente descartado pela sociedade investigada. Na verdade é esta exclusão, para o autor, que transforma objetos em documentos.

#### Segundo Menses

Todas estas alegações contem muito de enganoso, ambíguo, sofismático. Assim ressaltar o caráter “parcial” dos fenômenos materiais é estabelecer uma distinção, sem fundamentos, entre os componentes materiais e não materiais da cultura, dando a estes últimos uma autonomia que estes não podem ter. Esta dicotomia desfigura o próprio conceito de cultura, em que estão embutidas e indissociáveis a prática e a representação: a intervenção do homem sobre o real e a representação desse real e da ação humana, como integrantes do real, diferentes apenas nas funções. (1983, p.107)

Como Pantel (2013) propõe em sua investigação acerca da historiografia produzida sobre obras<sup>22</sup> da história grega, chegou a conclusão que a imagem é utilizada, frequentemente, como ilustração de um discurso histórico, inteiramente construído a partir de outros documentos, seja para corroborar as fontes escritas, seja para comprovar alguma hipótese do historiador.

No pior dos casos, ela revela-se uma mera ilustração estética que poderíamos eliminar, uma vez que esse tipo de uso não contribui para o enriquecimento das produções científicas.

A autora aponta uma série de obras que se enquadram em sua crítica. Ainda que para os especialistas, historiadores da arte e arqueólogos, que há muito tempo lidam com problemáticas relativas à iconografia, esteja bem claro que as imagens, no nosso caso as imagens pintadas em suportes de cerâmica (vasos gregos), são representações, construções intelectuais, no entanto a recorrência do erro cai justamente no uso, por muitas vezes, da imagem como figuração direta da realidade, cuja compreensão remete à evidência fotográfica.

Em muitos casos, tudo se passa como se tal cena figurada sobre um vaso grego, notadamente quando se trata de uma cena dita da vida cotidiana, fosse um instantâneo fotográfico capaz de, supostamente, fornecer ao historiador uma informação concreta que pudesse ser diretamente utilizada. (PANTEL, 2013, p.10)

---

<sup>22</sup> Dividida por temáticas temos: Trabalho (Bourriot, 1969), a família ( Wlacey, 1968) a vida cotidiana (Picard, 1930, 1946, Flaceliere, 1959; Blanck, 1976) dentre outros.

Porém, novas abordagens partem do postulado que a representação figurada é um dos modos de expressão e de articulação do pensamento em uma sociedade, concebendo-a como uma linguagem que tem sua própria lógica.

A análise das imagens gregas deve ser realizada, primeiramente, seguindo um método rigoroso que, tanto quanto possível, não deixa de lado nenhum dos traços da figuração (PANTEL, 2013, p.19).

Convém ressaltar que é imprescindível que o historiador rompa as limitações nas quais se deixa com frequência aprisionar pela redução da imagem, apenas, à um “documento visual” e às tarefas taxonômicas e de leitura iconográfica. Para Meneses, é igualmente crucial que o pesquisador se familiarize com as inúmeras variáveis que definem a natureza da imagem e a multiplicidade de significados e papéis que ela pode assumir historicamente.

Apesar da alforria chancelada pelos *Annales*, o documento visual não ganhou até agora direitos de cidadania plena no fortim da história, pois se trata de uma cidadania de segunda classe. Saiu da senzala, mas ainda não se instalou na casa grande. Ninguém hoje ignora, em sua consciência, que a imagem pode ser fonte histórica, mas tratá-la efetivamente como tal é que é problemático. A raiz desse fato está na formação básica do historiador, ainda de natureza exclusiva ou preponderantemente logocêntrica, com desconfiança ou restrições para tudo aquilo que tenha caráter concreto ou afetivo. (MENESES, 2012, p.251)

O efeito mais nocivo, porém, encontra-se em algumas obras manuais de orientação à pesquisa histórica, em que a imagem é reduzida imediatamente a tema de ilustração, de modo que as conclusões de análises dependem exclusivamente do que as fontes textuais já haviam postulado.

Outra questão que deve ser levada em consideração é o uso do documento textual e da imagem em conjunto, ambos possuem naturezas distintas, seu uso em conjunto para elaboração de trabalhos científicos precisa passar por um rígido exercício de análise das confluências presentes nos seus conteúdos.

Complementaridade das fontes é sempre bem-vinda, mas a expectativa de convergência, contudo, nem sempre é útil ou desejável. O que torna a complementaridade legítima e benéfica é o respeito à lógica específica que rege cada fonte e que deve orientar a análise crítica a que tem de se submeter qualquer tipo de fonte. Com efeito, fonte visual e fonte verbal pertencem a sistemas de representação diversos e, portanto, comunicam informação e significados diferentes. Basta lembrar que a imagem visual se realiza no espaço e fornece de imediato a totalidade de coisas, pessoas, eventos e suas relações; já a fonte verbal se realiza no tempo, acumulando unidades de informação em sequência, podendo explorar com mais eficácia relações temporais. A fonte escrita, por sua vez, faz jus a um acréscimo de especificidade por compartilhar algo de visualidade. Em suma, ambas as fontes desvendam aspectos diversos de um mesmo objeto de conhecimento. (MENESES, 2012, p. 252)

A manutenção de certos cuidados, mesmo na seleção e montagem de um *corpus* documental precisa de um olhar crítico atento e conciso, para que não se recaia em erros que impeçam a elaboração de boas sínteses ou produções investigativas.

Muito do que já foi exposto busca deixar claro que a imagem visual não é puro conteúdo em levitação, nem mera abstração. Ela deve ser considerada, antes de mais nada, cultura material, artefato.

A necessidade de libertar a imagem de sua “gaiola” epistemológica e confrontá-la com as múltiplas problemáticas do campo visual faz com que o historiador se depare com várias alternativas e caminhos possíveis. Nesse sentido, o caminho de análise da imagem por nós escolhido se insere na abordagem da imagem como uma série de signos figurativos que compõe uma mensagem que possui finalidade social, como é a proposta de Joly (1997).

## 2.4 Metodologia

Primeiramente fizemos um levantamento bibliográfico. Vale lembrar que toda documentação textual trabalhada parte do acervo privado de nossa orientadora. As imagens trabalhadas até agora são fornecidas por sites na internet e catálogos especializados que os disponibilizam para divulgação ou estudos<sup>23</sup>.

Ao que tange a leitura da documentação textual, optamos pelo método proposto por Frontsi-Ducroux (1975) que visa identificar a família lexical de um termo e perceber seus atributos, os juízos de valor empregados, quando ele aparece, na documentação textual. O termo que escolhemos foi: *alieús* (pescador).

Segundo a autora, para cada ocorrência o contexto nos fornecerá dois tipos de dados: primeiramente o significado do termo, o seu emprego e os sentidos atribuídos a ele, segundo: refere-se aos valores que são associados ao termo. Então a partir deste termo selecionado e das palavras que formam suas respectivas famílias lexicais identificamos, na documentação o sentido dado a ele. Para a documentação imagética trabalhamos com os preceitos propostos por Matine Joly e o seu quadro de análise.

---

<sup>23</sup>A confecção de pesquisas com análise de imagens contidas na cerâmica grega possui um vasto campo referencial, é possível acessar relatos arqueológicos e *corpus* imagéticos nos sites especializados, contribuindo assim para o desenvolvimento das investigações que demandam esse tipo de urgência. Nos sites citados aqui é possível acessar uma série de bancos de dados atualizados, alguns permitem publicação, como no caso do theoi, outros são apenas para consulta, como o beazley. <http://www.beazley.ox.ac.uk/index.htm>; <http://www.efa.gr/index.php/fr/>; <http://www.theoi.com/>.

### **3 PAISAGEM E RELIGIOSIDADE: os deuses e a construção identitária do pescador**

Nesse capítulo discutiremos os sentidos culturais de construção e interpretação que os gregos, mais especificamente os atenienses produziram ao longo de sua extensa relação elaborada com o mar. O espaço aqui é entendido como dispositivo unificador de identidades de grupo, pois foi a partir desse mecanismo de integração que os pescadores criaram suas formas de reconhecimento enquanto grupo social.

Este capítulo está subdividido em: 1) Os habitantes das costas: A relação construída entre os gregos e o mar; 2) Os deuses “outros”: Ártemis, Atená *aíthya* e Póntos; 3) Paisagem religiosa e construção identitária: O espaço como meio integrador; 4) O lugar social da pesca enquanto trabalho produtivo.

#### **3.1 Os habitantes das costas: A relação construída entre os gregos e o mar.**

Muitos autores nos relatam sobre a vocação marítima da Grécia. Ora, tal afirmação não é de total espanto. Segundo A. Jardé (1923) a Grécia é um país marítimo, que possui costas recortadas, portos bem abrigados e numerosas ilhas, próximas umas das outras.

Os mares gregos, na maior parte do ano, são calmos e sujeitos a um regime de ventos regulares. Nessas condições, o povo grego, já por “vocação”, era um povo de marinheiros, o solo pouco fértil, mas bem cultivado, produz cereais, trigo e cevada, legumes, parreiras e oliveiras, a posição marítima da Ática tornou-a uma terra favorável ao desenvolvimento do comércio marítimo.

No entanto, essa relação dos gregos com o mar é bem mais antiga. O arqueólogo grego Nicolas Platon idealizou um sistema de unidade política entre os palácios de Cnossos, Festus, Malia e Kato Zakros e essa unidade se dava através da *talassocracia* (domínio dos mares) no qual o rei teria o papel de sacerdote. Seu apogeu teria ocorrido entre os séculos XVII, XVI e XV. Foram encontradas cerâmicas cretenses no Egito, principalmente durante a XVIII dinastia, identificando uma rota comercial entre os dois povos muito antes da criação da liga de Delos. A Ilíada descreve a influência de Creta sobre mais de 90 cidades. (Carlan, 2010)



Já no período Arcaico (VIII-VI séc a.C.), é possível enxergar um movimento colonizador grego. O espírito marítimo e aventureiro dos gregos, uma herança fenícia, segundo Bernal, aliado à falta de alimentos (provocada por uma grande seca na região), excesso populacional e a vários interesses de teor comercial, levaram algumas cidades grega a fundar uma série de colônias no mar mediterrâneo. Uma colônia grega (*apoikía*) não era, como o entendemos modernamente, uma dependência, um anexo do Estado colonizador. Era um Estado autônomo, com leis, magistrados e política próprios. As duas cidades tinham entre si um laço de parentesco bastante maleável: a colônia era lida como filha da cidade-mãe ou metrópoles (*metrópoles*) e esse laço de parentesco era confirmado pela difusão da religião e da imposição do grego como língua oficial.

Não se fundava colônias sem o consentimento dos deuses, e era hábito consultar o oráculo de Delfos, para indagar acerca da oportunidade da partida da expedição colonizadora e das rotas que deviam ser seguidas. No período clássico, com o advento da democracia, são os homens livres que irão determinar, através de debates políticos em assembleia, o caminho e as regiões a serem conquistadas, a tradição de consulta ao oráculo vai se tornar algo muito mais relacionado à busca de proteção e bons auspícios.

Era o fundador (*oikistés*), que conhecia e podia realizar as cerimônias religiosas, sem as quais nenhuma cidade nova podia contar com a proteção dos deuses. Além disso, o altar sagrado da colônia era iluminado com o fogo trazido da metrópole, para onde enviava solenes embaixadas, a fim de participarem das grandes festas religiosas.

A concepção de um império colonial, que depende do “Estado” colonizador, assegurando a grandeza política e a prosperidade econômica da metrópole, só vai aparecer em Atenas, no século V.

As colônias atenienses ou (*clerouchía*) ocupavam pontos estratégicos importantes e serviam de base de operações para a frota ateniense, no mar Egeu. O seu estabelecimento tinha como um dos interesses, auxiliar os cidadãos sem recursos: os clerucos, que eram escolhidos na classe mais pobre dos cidadãos e recebiam um lote de terra (*klêros*).

Nos aspectos positivos ao que tange esse imaginário constituído entre o ateniense e o mar, no período clássico, temos a questão das trocas comerciais que eram vistas com bons olhos uma vez que proporcionavam à polis ateniense os produtos os quais esta não produzia internamente, tais produtos vinham predominantemente do Egito, outras regiões da África, Ásia e outros pontos da Europa. Percebemos o quão importante era esta

via de comércio, talvez a principal, dado a dimensão e a importância atribuída ao Pireu nos documentos, principal porto de Atenas, nesse período.

Além disso poderíamos citar a navegação militar como outro importante aspecto do mar uma vez que cria-se o sentimento de *koinonia politiké*, que seria aquele ideal de pôr o bem da comunidade em primeiro lugar, algo bastante coerente com a noção de cidadania ideal que temos sobre o ateniense deste período, que seria um homem político, religioso, militar, econômico, doméstico. O ateniense, do período clássico, tinha em seu cotidiano a forte presença do mar, afinal eram 180 quilômetros de costa. Acreditamos que deste contato o homem criou suas interpretações e os símbolos, seja de grupo ou individual acerca deste espaço<sup>24</sup>. Logo o mar representa, neste caso, força, poder, dominação, segurança, coragem e honra, pois não podemos esquecer que os marinheiros que saíam para o mar em períodos de guerra tinham o orgulho de lutar pelo bem da comunidade *políade*, e no retorno, vivos ou mortos, recebiam as glórias e eram considerados como heróis.

Dentro disso temos a figura do pescador, que na polis ateniense recebia um status social menor, ou um olhar de desconfiança, justamente pelo contato diário que esse grupo tinha não só com o mar, mas com seus habitantes: os peixes.

Os pescadores diferenciavam-se ainda pela própria aparência, afinal, estes eram “usados pelo mar”. A pesca não foi uma atividade bem vista pelos filósofos e moralistas. Platão, fazia juízo indigno daqueles que utilizavam de armadilhas, redes, pequenos truques para obter sua caça, o que estaria longe de ser o ideal cívico e heroico do caçador.

Que do mar vinham os estrangeiros todos os atenienses o sabiam. O que vinha e o que ia pelo mar promovia encontros e interações múltiplas, cujas diversas razões não poderiam ser compreendidas pelo apelo único ao aspecto político e econômico.

Para aqueles que iniciaram uma reflexão sobre a polis, o mar era uma *aporia*, ou seja, uma contradição talvez insolúvel para a definição política do homem, Platão e Aristóteles, na medida em que formularam o problema da gestão de uma *polis* e de seu espaço físico, tiveram de lidar com essa contradição que reside, na verdade, na própria definição do que é *polis* e quem são os habitantes, toda a população ou somente quem era

---

<sup>24</sup> [...] o sentido dos outros nos confronta [com a evidência do sentido que os outros, indivíduos ou coletividade, elaboram...] o sentido social, isto é, o conjunto das relações simbolizadas, instituídas e vividas entre uns e outros no seio de uma coletividade que esse conjunto permite identificar como tal. Augé, 1999, p.9

considerado cidadão? O mar se apresenta à teoria política como caminho físico e como metáfora (forma de explicação), como paisagem e como meio, instância útil e ao mesmo tempo nociva à polis, demarcando seu forte caráter ambivalente.

As soluções propostas não demonstram apenas o olhar sobre o mar como operador das relações de interação entre as populações humanas, mas ainda, revelam algumas preocupações e urgências da cidade cotidiana, principalmente ao que tange a ideia de limitação de interações entre habitantes dos portos/ cidadãos nucleares. É a abertura para a interpretação de uma cidade altamente hierarquizada; excludente; de lugares muito bem demarcados e que não via espaço para aspectos transitórios ou não/mal definidos.

O medo do contato com o outro estaria ligado à preocupação de que ideias estrangeiras, como evidencia Aristóteles, pudessem em algum nível afetar o sistema *poliade*, trazendo o caos e desordem. O pescador sendo aquele que não cumpria certos pressupostos da idealização do cidadão bom, caracteriza-se como uma *hýbris* (desmedida) política, aquele que poderia através do contato com o cidadão “bom” torna-lo ardiloso, corrompe-lo daí toda a regulamentação entre espaços selvagem (costa; planícies alagadiças) e espaço de cultura plena (*acrópole; pnix*). (Aristóteles, VII, 1327b, 8-9).

### 3.2 Os deuses “outros”: Ártemis, Atená *aíthya* e Póntos.

Mesmo as divindades, no imaginário grego, possuiriam um lugar muito bem demarcado. Ártemis, por exemplo, uma deusa de origem asiática, mas que por processos de assimilação acaba incorporando-se ao panteão grego oficial como uma das doze potências e protetora dos caçadores, a pesca aqui entendida como uma espécie de caça também nos dá vazão para atribuição dessa deusa à figura dos pescadores, em seu Hino ao qual lhe dedica Calímaco<sup>25</sup> destacamos a declaração de Ártemis: “Que todas as montanhas sejam minhas [...] só descendo à cidade raramente, caso precisarem dela”.

Além da construção paisagística própria dessa deusa, ou seja, as montanhas e os bosques, ela faz-se presente nos lugares inabitados os quais os gregos chamavam de *agrós*. Esse termo pode ser atribuído ao contexto de territórios muito distantes e não cultivados.

Os deuses são tornados presentes neste mundo em espaços que lhes pertencem: primeiro, os templos onde residem, mas também os locais e os objetos que lhes são

---

<sup>25</sup> Calímaco, Hino a Ártemis, 18.

consagrados e que, especificados como *hierá*, sagrados, podem ser alvo de interdições: bosque (álsos), fonte, terrenos delimitados por cercas ou marcos (*témenos*), encruzilhadas, árvores, pedras etc. (Vernant, 2006, p. 53-54).

Outro termo atribuído à Ártemis, segundo Vernant (1991), é *limnâtis* “a dos brejos e lagunas”. Tem seu lugar na orla marítima, nas zonas costeiras em que, entre a terra e a água, os limites são imprecisos; estas ainda nas regiões do interior, quando o transbordamento de um rio ou a estagnação das águas cria um espaço não totalmente seco nem plenamente aquoso e onde qualquer tentativa de cultura agrícola é precária e arriscada.

O caráter disfórico atribuído às planícies não cultiváveis partem de uma herança arcaica na qual os valores da polis ateniense estariam voltados à renda da terra. Para Vernant, “mais que um espaço de total selvageria, representando uma alteridade radical em relação à cidade e a suas terras humanizadas, esses espaços dúbios são os verdadeiros confins, zonas limítrofes onde o outro se manifesta e, portanto, deve ser evitado<sup>26</sup>”.

A preocupação em servir bem aos deuses se dá tanto por uma tentativa de obtenção de alguma dádiva quanto por demonstração de temor, honra ou ainda, servidão às potências.

No caso de Ártemis, esta parece ter, a partir da leitura de alguns mitos associados a essa divindade, uma particularidade: a violência.

A partir destes fragmentos podemos perceber a manifestação dessa “ira” que pode ser bestial e implacável:

De Autonoe e Aristaios nasceu um filho, Aktaion, que foi criado e treinado como caçador por Kheiron. Mas acabou sendo devorado em Kithairon pelos seus próprios cães de caça [porque]... Ele viu Ártemis banhando-se. Dizem que a deusa o transformou, naquele mesmo local, em uma corça e conduziu os cinco cães de caça em um frenesi que os levou a devorar Aktaion inadvertidamente. Quando não restava mais nada, os cães procuraram por seu mestre com uivos e lamurias, indo à sua procura na caverna de Kheiron. Este passou-se por Aktaion com o intuito de diminuir o sofrimento daqueles. (Pseudo-Apollodorus, Bibliotheca 3. 30 (trans. Aldrich) (Greek mythographer C2nd A.D.)

Os cachorros destroçaram seu mestre [Aktaion] completamente.(Aeschylus, Fragment 135 Toxotides (from Scholiast A on Iliad I. 593) (trans. Weir Smyth) (Greek tragedy C5th B.C.)

Este mito relacionado à Ártemis mostra como ela ainda carrega símbolos não totalmente civilizados, uma vez que, apesar de ser uma deusa “domiciliada”, ela, por ser

---

<sup>26</sup> VERNANT, 1997, p.18

estrangeira, ainda apresenta características selvagens, tanto por ser uma divindade que foi incorporada como por ser uma deusa da caça e ter por habitação as planícies “*agrós*”.

Vários outros mitos carregam este estigma característico da deusa colérica<sup>27</sup>, a sua relação com os pescadores poderia ser pensada como uma intermediação por associação, não por seu caráter “violento” mas pela questão dos lugares de presença da deusa, lugares muitas vezes do cotidiano desses homens.

A caça marinha é selvagem, por justamente ser exercida em um espaço que é próprio do outro, além disso, esta não obedece um conjunto de regulamentações e obrigações estipuladas pela caça aristocrática, aquela não constitui-se como *paidéia*<sup>28</sup> ordenada. A pesca é uma cultura de tradição intergrupar ou solitária e não algo que pretenda contribuir para a cristalização de uma identidade aristocrática, mesmo que possamos pensar em uma “*paidéia*” da pesca, pensando-a como uma tradição de grupo que hipoteticamente seria repassada hereditariamente.

Outra divindade que a princípio não parece ter uma ligação direta com o mar é Atená. Ainda não foram encontrados relatos míticos completos ou que pareçam ter sido importantes na tradição Ática sobre uma Atená marinha. Da mitologia que conhecemos, ela não parece possuir força expressiva nos domínios de Posídon, como faz com relação às disputas de carro ou do cavalo.

Entretanto, Vernant e Detienne (2007) sugerem um exame mais cuidadoso, segundo estes autores as intervenções de Atená no mar e na navegação são atestadas pelas narrativas desde a *Odisséia*. Na expedição dos Argonautas é esta quem constrói o navio, escolhe os melhores condutores e projeta a sua proteção em momentos de dificuldade.

Muitas indicações fazem menção à uma Atená dos mares, possível de ser verificados a partir de uma atribuição de um termo específico à deusa, *aíthya*, que denomina também uma ave marinha. Para Vernant e Detienne (2007) é possível traçar os primeiros contornos do domínio de uma Atená do mar, no documento: *Descrição da Grécia*, Pausânias.

<sup>27</sup> Para mitos associados à uma Ártemis colérica: Pausanias, *Description of Greece* 8. 53. 1 (trans. Jones) (Greek travelogue C2nd A.D.); Homer, *Iliad* 24. 602 ff (trans. Lattimore) (Greek epic C8th B.C.); Pausanias, *Description of Greece* 2. 7. 6 (trans. Jones) (Greek travelogue C2nd A.D.); Pindar, *Pythian Ode* 4 ep4 (trans. Conway) (Greek lyric C5th B.C.).

<sup>28</sup> Entendemos a *paidéia* não em seu sentido aristocrático, de educação formal do cidadão perfeito e de valores ideais, esta é entendida aqui como sistema amplo que envolve saberes tradicionais desenvolvidos por grupos específicos, pode-se relacionar-se à ideia de *métier*, mas ainda não é isso, é um conjunto mais amplo que leva em consideração formações pessoais do cotidiano.

Este relata que, sobre a costa de Mégara existe um promontório *skópelon* que domina o mar: é atalaia de Atena *aíthya*, um breve mito conta que sob este mesmo lugar onde ambienta-se o promontório encontra-se o túmulo de Pandíon, um dos reis de Atenas, quando os Metiônidas destronaram Pandion e expulsaram seus filhos da Ática, Atena, que tinha assumido forma da *aíthya* para transportar o rei deposto até Mégara escondendo-o sob suas asas. No entanto, nem na tradição Ática nem na de Mégara é identificável que este fragmento possua relação com algum acontecimento real.<sup>29</sup>

O interesse não é a construção de uma história natural das aves marinhas, ou da “gralha marinha” como traduz Vernant e Detienne (2007), o que chama atenção são os níveis de representação projetados neste animal e que remetem aos trabalhadores do mar e, além disso, uma atribuição divina no imaginário grego. Esta ave é a princípio um pássaro familiar à espécie humana na dupla atividade da pesca e da navegação, em algumas tradições, as gralhas do mar são os homens que em tempos primordiais inventaram essa caça no mar<sup>30</sup>.

Transformados em pássaros, eles fixaram-se próximo aos portos das cidades e perto das bordas costeiras. Terrestre e aquática ao mesmo tempo, a gralha marinha possui múltiplos espaços, transita pelo mar, ar, e terra, é igualmente ambivalente aos homens que circulam pela espacialidade terrestre e marítima, ponto que nos interessa, pois aproxima a representação de uma Atená marinha como uma possível divindade cultuada pelo grupo dos pescadores.

Sabemos que a estrutura religiosa grega permitia ou possibilitava, o culto a divindades oficiais ou não. A religião era um elo de ligação entre o homem e o divino, um elo que tornava-se mais prático através de pequenos ou verdadeiros festivais em homenagem às deidades, à Atená marinha representada na figura da gralha marinha, animal de provável constância nos ofícios relacionados ao mar nos dá pressupostos interpretativos para o levantamento da hipótese de um culto, portanto uma relação direta entre os homens do mar e Atená *aíthya* uma vez que toda a proteção no mar é necessária, afinal “só um pedaço de madeira nos protege do Hades<sup>31</sup>”.

A gralha do mar representa um guia no mar desconhecido, uma esperança de sobrevivência nos domínios de Póntos, potência primordial do alto mar que foi um dos termos que descrevia como os gregos se referiam ao mar “o salgado”.

---

<sup>29</sup> Pausânias, I,5, 3.

<sup>30</sup> *Ixeutikon*, II, 5, p.26, 15 sq Garzya ( Bibl. Teubner)

<sup>31</sup> Haliêutica

Póntos de mil rotas onde cada percurso toma a forma de uma travessia através de uma região desconhecida e sempre irreconhecível, reina sem fim o puro movimento, lugar mais mutável, mais polimórfico<sup>32</sup>.

Todos os lugares do mar apresentam, segundo Vernant e Detienne (2007), uma mesma paisagem de rochedos gigantescos e móveis, que deslocam-se horizontalmente ou verticalmente. É um espaço onde todas as direções são confundidas. A paisagem se confunde com o próprio efeito característico do mar, esse caráter de maleabilidade, ilusão, confusão ou incertezas que podem ser fatais àqueles que se atrevem a enfrentá-lo sem possuir uma *métis* extraordinária ou a ajuda de alguma divindade.

Contrário à *Póntos* encontra-se nos mitos gregos relativos ao mar *Póros*, deidade cosmogônica que designa o vau, ou seja, a passagem aberta em um ponto da água, *póros* significa rota, o caminho que o navegador deve abrir no *pontos* e ir através do mar, são as rotas marítimas, o conhecimento de tais rotas fornece a boa navegação, a representação dessas divindades antagônicas refletem o confronto primordial entre o homem e o mar, o olhar *poliade* sobre os homens de atividade marítima, que como já exposto é ambivalente, é também de fascínio.

Ora, conhecer os caminhos ou as rotas para navegação no *pontos* é quase um saber divino, desenvolvido pela tradição e pelo difícil cotidiano destes homens, nesse sentido, acreditamos, aparecer o olhar de valoração da pesca e das atividades no alto mar.

Não tomando a documentação oficial como verdade, e sim, encarando-a como como narrativa construída para um determinado fim, buscamos visões mais “realistas” sem o disfarce de um discurso oficial, mas analisando através de pequenos indícios e documentações diversas. O conhecimento aprofundado sobre a cultura e os contextos sociais da Atenas clássica torna-se instrumento de extrema importância para construção de algumas afirmações defendidas aqui, a pouca documentação promove um esforço mais preciso para a construção da nossa narrativa histórica.

---

<sup>32</sup> Vernant & Detienne (2007, p. 198)



Kylix (face lateral) de figuras vermelhas- 440 a.C.- Antikensammlung, Berlim, Alemanha. F2537. Arquivo Beazley nº: 217211.

Nessa cena temos uma representação mitológica do nascimento de Erichthonius, filho de Atená e Hefestos, um dos primeiros reis de Atenas, na cena, da esquerda para direita temos Kekrops I, Gaia, Erichthonius, Atená, Hefestos (?), mulher da aristocracia(?).

Kekrops I teria sido o primeiro rei de Atenas<sup>33</sup>, nascido da própria terra (Gaia) com sua metade superior com forma humana e a sua inferior com forma de serpente marinha.

Esta figura aparece como um herói cultural que teria ensinado aos atenienses o casamento, a leitura, a escrita e as cerimônias fúnebres, dando indícios dos primeiros hábitos “civilizadores”.

Kekrops foi a primeira figura a oferecer sacrifícios para a deusa Atená no momento seguinte ao seu nascimento da cabeça de Zeus, e estabeleceu o santuário antigo da acrópoles.

Quando Poseidon reclamou em disputa com a deusa a cidade de Atenas, Kekrops foi solicitado para julgar a situação, este acabou intervindo em favor da deusa. Ele foi sucedido pelo filho adotivo de Atená “o homem nascido das terras, Erichthonius”.

<sup>33</sup> Apollodorus iii. 14. § 1, &c.



### Segundo o mito:

Dizem que Erichthonius era filho de Hefestos e Atthis, filha de Kranaus, mas alguns afirmam que este era fruto de Atená e Hefestos, como se segue: Atená teria se aproximado de Hefestos com o intuito de obter armas confeccionadas pelo deus, quando, rejeitado por Afrodite, Hefestos se apaixona por Atená. Ele a persegue, mas ela foge, quando ele consegue agarrá-la, ela não permite o ato sexual, sendo uma divindade casta, Hefesto acaba derramando sua semente na coxa da deusa. Enojada, a deusa joga a semente no solo, e enquanto fugia e a semente caía no chão, Erichthonius é produzido. Atená manteve-o fora do conhecimento dos outros deuses, querendo torna-lo imortal; então colocou-o em uma arca e confiou-o a Pandrosos, filha de Kekrops, proibindo-a de abrir a arca. Mas as irmãs de Pandrosos por curiosidade abriram-na e viram uma serpente enrolada sobre uma criança e como alguns dizem elas foram destruídas pelas serpentes, mas de acordo com outros, elas foram levadas à loucura por causa da ira de Atená e acabaram atirando-se para baixo da Acrópole. Tendo sido criado por Atená no recinto, Erichthonius expulsou Amphiktyon e tornou-se rei de Atenas: estabelecendo uma estátua de madeira de Atená na Acrópole e institucionalizando o festival das Panateneais. (Pseudo-Apollodorus, Bibliotheca 3. 14. 6 (trans. Frazer) (Greek mythographer C2nd A.D.)

Os mitos de origem dos atenienses parecem sempre relacionar uma forte ligação com a sua padroeira, Atená, voltando à interpretação dos signos da cerâmica citada acima, há algo de bastante simbólico na representação do primeiro rei de Atenas na pintura e também no mito de disputa da cidade.

Primeiro, imaginamos que a cena representada está estritamente relacionada ao contexto político democrático. Sabemos que as imagens decoradas nos vasos possuíam, além do seu objetivo ornamental, um teor de transmissão de mensagens sociais. Muitas vezes as representações estão relacionadas a momentos da vida de quem encomenda a cerâmica.

Uma hipótese levantada apresenta esta cena como uma representação do nascimento de algum filho de família aristocrática ligada à política, justamente por entendermos que existe uma intenção de interligação entre o agente que encomendou o objeto e os reis originais da cidade ateniense.

A função social de uma *kylix* era servir vinhos nos simpósios. Seu esquema de decoração peculiar possuía uma pintura interna que somente era revelada se a pessoa bebesse seu conteúdo. Por isso, muitas vezes, as figuras deveriam ser surpreendentes e provocar sentimentos como: excitação sexual, alegria, vontade de cantar, dançar. Por isso os temas mais comuns eram: dançarinas, tocadores de lira, Dionísio, sátiros, ninfas. No caso da peça analisada, o conteúdo parece fugir do canônico, portanto, apontamos que esta cerâmica poderia ter sido utilizada em uma cerimônia mais “formal”, talvez um presente em honra a um nascimento recente.

Em segundo lugar, o episódio conhecido como a disputa entre Poseidon e Atená, no qual cada divindade ofereceria um presente para a cidade e a melhor dádiva tornaria a divindade respectiva padroeiro de Atenas.

Poseidon bateu na rocha da acrópole com seu tridente e uma fonte emergiu; a água era salgada e não foi julgada como muito útil, enquanto que a madeira, o óleo e a comida gerada pela oliveira plantada por Atená seria muito mais benéfica.<sup>34</sup>

Poseidon apesar de ter perdido a disputa decide doar o presente desprezado. Esse “presente” dado pela potência marinha parece ter sido por muito tempo mal interpretado, os discursos negativos sobre o mar no período clássico parecem ter um elo de ligação bastante conciso com os mitos de formação dos atenienses.

A força do mar, a construção de um império marítimo protagonizado pela *pólis* no período clássico só foi possível, e talvez incentivado, justamente pela disposição geográfica aliada aos desenvolvimentos técnicos necessários para a navegação.

A Atenas mitológica que desprezou Poseidon enquanto seu padroeiro começa, a partir do desenvolvimento das frotas de navegação no Vº século, a ter o mar como seu grande aliado. Mesmo que os discursos operantes de uma cidade ideal possam ser facilmente identificados, a urgência de uma cidade “real”, sem a nevoa dos discursos demonstra uma Atenas marítima, dependente desse meio para a sua própria reprodução.

### **3.3 Paisagem religiosa e construção identitária: O espaço como meio integrador.**

Voltando a discussão para os sentidos de construção paisagísticos, selecionamos o estudo da relação entre o porto e o pescador. No entanto, é necessário que façamos um apanhado teórico. Segundo Polignac (2013), em seu artigo intitulado “Espaço Cultural e Paisagem Religiosa: Entre rito e representações”. O autor aponta esta nova abordagem de percepção entre o homem e o seu espaço de habitação num sentido religioso, mas que também acaba sendo uma construção de identidades.

Para este, a percepção da paisagem no sentido contemporâneo é uma construção moderna. Em nosso sistema de representações, a noção de espaço parece ser mais abstrata e mais construída. Ela introduz um certo grau de organização consciente, enquanto paisagem é pensada como uma percepção visual e parece ser construída com base em lugares com suas próprias características.

---

<sup>34</sup> Pseudo-Apollodorus, Bibliotheca 3. 14. 1 (trans. Frazer) (Greek mythographer C2nd A.D.)

Pensar essa construção como espectro identitário nos ajuda a entender as dinâmicas que envolviam a relação direta deste homem antigo, quer dizer, que relação os pescadores construíram para si com a paisagem a qual estavam diariamente ligados, é o que Augé destaca; essa relação do homem com o dispositivo espacial nos permite visualizar sua própria intenção cultural e identitária específica.

Neste sentido, não podemos dissociar a religião do mundo antigo com os espaços de transição/ habitação. Falar de lugares físicos ou topográficos é limitar-se a estudar as coisas uma por uma na sua singularidade; para ir além dessa concepção é preciso questionar os nossos próprios conceitos modernamente construídos, diferenciando em cada um deles o que pode contribuir para a análise das realidades antigas. Segundo Polignac (2013), as noções de espaço e de paisagem merecem assim ser confrontadas, espelhadas no estudo dos fatos religiosos.

Nos posicionamos ao lado de Polignac (2013), quando este aponta que a noção de espaço ritual refere-se mais à inscrição no espaço dos atos culturais, dos percursos, dos gestos; a de espaço cultural refere-se de modo mais amplo ao conjunto dos dispositivos religiosos em uma sociedade.

Mais do que a noção de espaço, o conceito de paisagem engloba uma parte de visão, portanto, de representação. Podemos falar de paisagem religiosa para caracterizar o modo como os antigos percebiam a presença de forças superiores em diferentes lugares associando tal ou tal divindade ou herói a um tipo de paisagem, de caráter natural (Ártemis e a foz dos rios, Poseidon e os estreitos ou istmos, Zeus e Hera a um certo número de altitudes, o que poderia servir de orientação para escolha do sítio em que seria implementado seu culto.

Sendo assim, assumimos o pressuposto de que para a Antiguidade clássica os homens não só habitavam ou transitavam por uma determinada espacialidade mas ocupavam seu espaço com as práticas religiosas. As costas litorâneas, o alto mar, os istmos, os portos, todos faziam parte de um sistema espaço-religioso característico das manifestações religiosas dos pescadores atenienses e essa delimitação de áreas de transição nos parece ter sido de conhecimento geral, uma vez que as imagens figuradas na cerâmica Ática constroem ou apresentam signos narrativos que compõe essa paisagem característica.

Logo, esse espaço físico “concreto”, mas que também é simbólico, era reconhecido pela comunidade *políade* enquanto dispositivo identitário daquele grupo.

Como já defendemos, esse dispositivo espacial é mais representativo do que parece à primeira vista. Ele instiga a afirmação de identidade de grupo e serve como ambiente de resistência simbólica frente o olhar e o discurso hierarquizante assumido por uma elite ateniense altamente excludente.

No estudo das malhas urbanas e rurais, não devemos deixar de lado a reflexão sobre a espacialidade, esta não pode ser pensada fora de um contexto social e cronológico, por um lado esta não deve ser pensada também como mero cenário da vivência humana. Segundo Tacla (2012), da mesma forma que a historicidade e a sociabilidade produzem diferentes trajetórias e identidades de cidades, a espacialidade é também cerne desses processos, mas não porque seja palco e sim porque é produto da ação humana. Em outras palavras, os usos e apropriações do espaço por uma dada comunidade, evidencia diferentes experiências e produções de diferentes espacialidades (Tacla; 2012).

As vivências cotidianas e a relação entre homem e espacialidade não podem deixar de fazer parte da discussão desta pesquisa. É um elemento teórico recente que permite a não passividade interpretativa entre a relação pescador e ambiente de pesca, entendendo que o “ambiente construído organiza o espaço, o tempo, a comunicação e o significado na sua construção e planejamento” (Tacla; 2012) tomando o porto como exemplo de espaço pertencente ao cotidiano daqueles que comercializavam os frutos da pesca, este é lido como articulador de atividades e relações sociais.

O espaço portuário é entendido por Tacla (2012), como “terceiro lugar”, nos posicionamos ao lado desta autora por acreditar que no contexto ateniense existiam dois lugares muito bem demarcados e seriam a *Chôra* e a *Ásty*, respectivamente espaço rural e urbano. O porto é um lugar ambivalente, local indefinido, mas que serve de mescla de elementos dos dois mundos. Para Soja *apud* (Tacla 2012, p. 79) existe uma tríade do espaço, o primeiro espaço corresponde ao âmbito da prática, da percepção. O segundo espaço liga-se ao âmbito ideacional, representativo e simbólico, enquanto o terceiro espaço constitui alternativa para os dois primeiros, configurando-se como espaço de alteridade. Esses espaços encontram-se não somente nas margens, mas também, no centro dos espaços urbanos. São eles espaços de integração, negociação, definição e resistência identitária e política.

Os portos abrigavam ainda, uma série de santuários nas cidades helênicas, esses santuários não funcionavam simplesmente como elemento de proteção da cidade e de sua população ou como demarcadores de espaços; muito além disso, os portos abrigavam

lugares de contato com o “outro” e de agregação; eram pois, locais de cultos imbricados de ambivalências demarcação altamente coerente com a figura do pescador. Para Tacla (2012), nos santuários portuários é possível identificar as divindades de caráter ambivalente que estavam ligadas à proteção de navegantes e demais profissionais marítimos a exemplo de Dionísios e Afrodite, nas *póleis* de Massália e em Lócris respectivamente, e Atená em Corinto.

Essa necessidade de uma proteção divina constante, mesmo na região dos portos, aponta para o imaginário relativo ao mar. Desde Homero os gregos acreditavam na existência de monstros que vivem no fundo do mar. Afinal, é de lá, segundo o mito, que surgem as terríveis serpentes monstruosas que assumiram um ataque a Laocoonte e seus filhos que, de acordo com uma expressão do *Argonautica*, assustaria até mesmo os monstros marinhos; ou as terríveis Charybdis e Scylla, personificações das correntes que crescem em armadilhas às embarcações no estreito de Messina.

Além disso, as sirenes que atraem marinheiros para o choque com as rochas ou o touro, instrumento de Poseidon, que de uma enorme onda exerceu os efeitos da maldição à Hipólito pronunciada a ele pelo seu pai Teseu (unificador da Ática).

Monstros residem no fundo do mar, mas eles não são conhecidos pelos homens, quando eles emergem à superfície e perto da costa. O mar é povoado por *megakêtea* “monstros marinhos” e suas saídas para a superfície só podem ser explicadas pela fome ou por uma vontade divina. Este ponto de vista manteve-se durante o período clássico.

Heródoto relatou sobre golfinhos, focas, mas também mencionava, sem especificar, os *theria* (tubarões?), monstros marinhos que pululavam perto da região do Athos, que consumiram soldados persas, vítimas de uma tempestade: onde há naufrágios, existem monstros.

A crença em monstros marinhos aparece em vários textos da Antologia Palatina, de acordo com estes exemplos podemos ilustrar uma certeza: a selvageria do mundo marinho, que é expressa pelo saber tradicional e trabalhos empíricos como o de Heródoto em seu *Os trabalhos e os dias*.

Pelo recorte documental, e mesmo pela escassez no sentido, não podemos apontar cartesianamente o local de habitação dos pescadores atenienses, as pesquisas arqueológicas neste sentido são raras, no entanto, existe uma linha de pesquisa que busca a compreensão do caráter multifacetado da espacialidade da *pólis* e sua relação simbiótica

com os grupos sociais que a constituíram, em temporalidades e espaços geográficos variados, estimulam processos de pesquisa que abordam as singularidades dos processos de formação das paisagens por meio da agência do homem, ora destacando o componente físico, ora social, o religioso, o político e assim por diante. (Diretrizes do Labeca/MAE-USP).

Tendo em mente isso, vejamos como Pausanias destaca os piscívoros sauditas:

Incivilizados, eles não tem a noção do bem e do mal, vivem nus, praticando a comunidade de mulheres e, não vivem em casas reais, mas cavernas ou cabanas feitas de madeira, costelas de baleia ou espinhas de peixe. Eles não conhecem o fogo, cozinham o peixe em pedras quentes que ficam com o terrível sabor de *paliure* (espinheiro). Quando eles não podem pescar, eles comem grandes conchas cruas. Eles nem sequer dão enterro aos mortos jogam-nos ao mar. Então, esses são animais selvagens, contaminados pelo contato com o mar.” (Pausanias, V, 25, 1-3).

Logicamente não se trata dos pescadores atenienses, mas acreditamos haver uma certa semelhança, pelo menos no que diz respeito à condução da área de habitação e da construção das habitações, pelo fato de serem homens que viviam do/no mar e que, partindo da ideia de que ambas sociedades estavam inseridas em um modelo social no qual a cultura compartilhada possuiria pontos de semelhança ou aproximação.

Não há razão óbvia para que não erguessem suas habitações na região costeira do Golfo Sarônico, uma vez que suas atividades encontravam-se ali. No próprio fragmento citado de uma carta atribuída à um pescador temos: [...] Então, o que você estava pensando, mulher, **deixando a costa** e as redes de linho, para ir à vila[...] (Alciphron, 1999, p.54) (grifo nosso).

Este outro indício mostra claramente uma relação de ambientação, e pela análise dos termos de todo o fragmento, temos a conotação negativa da terra (a espera que do solo se alimente sua renda; a terra causa a nossa morte; incapazes de respirar o ar; armadilhas da cidade) em contraste com o mar que é enaltecido (nossa própria vida é sobre a água; mundo marinho)<sup>35</sup> é valorizado o mundo marinho pois este caracteriza-se como seu dispositivo identitário e sua provável região de moradia.

O termo *cultura material* está relacionado com a finalidade ou sentido que os objetos têm para um povo numa cultura, ou seja, a importância e influência que exercem na definição da identidade cultural de uma sociedade. O que é material e físico, objeto ou artefato é entendido, hoje, pelos pesquisadores como um legado, como algo que deve ser

---

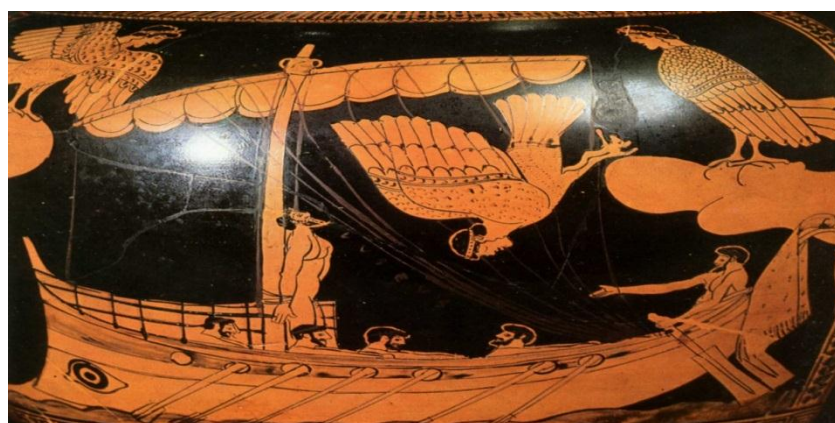
<sup>35</sup> Alciphron, 1999, p.54

aprendido, usado e preservado, que ensina a reproduzir o mesmo objeto ou a guardar a sua memória. Surgem aqui os objetos manufaturados (carácter artesanal) e os que são produzidos num ambiente tecnologicamente mais avançado, na maquinofatura. Os objetos têm uma época e lugar de produção, um povo que os faz e reproduz, logo, têm um sentido histórico e humano.

A relação entre o objeto e o seu sentido torna-se, assim, no campo de estudo dos investigadores da cultura material, a sua problemática primeira. Numa definição mais clássica, a cultura material pode assim ser entendida como o conjunto de artefatos criados pelo homem, combinando matérias-primas e tecnologia, o qual se distingue das estruturas fixas pelo seu carácter móvel, ou seja, sua circulação.

Em sua complexidade as imagens que remontam às cenas míticas induzem o compartilhamento cultural e a representação imagética de uma figuração simbólica, muito provavelmente, amplamente divulgada. É a manifestação visual de um imaginário coletivo.

As cenas analisadas a seguir tratam primeiro de um episódio da Odisséia, no qual Odysseus, em um ato de astúcia, se prende ao mastro do barco com o intuito de não ser afetado pelo canto mortal das sereias. As seguintes tratam de cenas “cotidianas da pesca” ou do transporte dos produtos pescados, a intenção primeira é construir um olhar sobre a representação paisagística do mundo marinho através de uma cena mítica em confronto de uma paisagem cotidiana, além do trato interpretativo de uma nova função dos pescadores por nós encontrada, a de “atravessadores”.

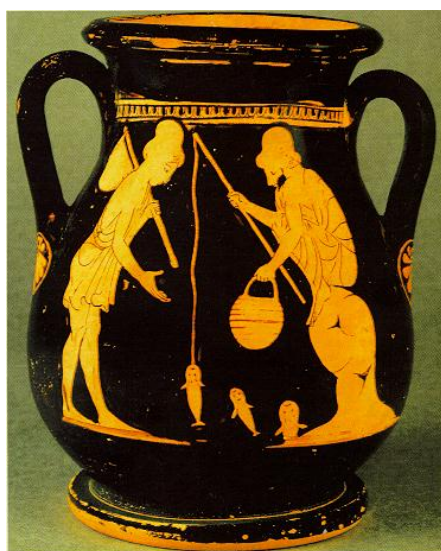


Stamnos ático de figuras vermelha. 500-480 a.C.- British Museum, London, United Kingdom. Londres E440. Nº 202628.

Essa imagem que representa a ambientação marinha pelos signos presentes: istmo, barco, promotoiros, monstros (sirenes), faz referência a uma passagem bastante

conhecida da Odisséia, o momento que Odysseus precisa enfrentar as sereias e evitar assim ser ludibriado pelo seu canto.

O herói tem por estratégia amarrar-se ao mastro do barco e tapar os ouvidos com cera, fazendo uso da *métis*, saber ardiloso, astuto, único meio de conseguir atravessar o meio marinho que é comumente apresentado como espaço perigoso.



Peliké ática de figuras vermelhas. 489-470 a.C. Museu de Viena, Kunsthistorisches. Inventário: IV 3727.

Esta é uma cena “cotidiana” pintada em uma peliké, utensílio para armazenamento de vinho, usado em banquetes públicos ou privados.

Aparentemente temos um *efebo* levando frutos da pesca para o mercado ou para o *maître*, dono da frota o que pode indicar uma cena de transporte.

Na leitura da cena, aparece um humano e uma divindade representada por uma herma itifálica. A presença do deus Hermes indica uma transposição de espaços, lugar de transição. A ambientação pode indicar uma estrada. Uma das hipóteses levantadas é que havia um ofício específico para os pescadores imberbes, transportadores dos frutos da pesca.

Além disso, observamos através das vestimentas/ ornamentos e utensílios o emprego de uma manta, sem ornamentos, gorro, cesto, o que indica demarcação social e profissional. Transportador de frutos da atividade pesqueira, pescador pertencente à uma camada social baixa.



### 3.4 O lugar social da pesca enquanto trabalho produtivo

Partimos da hipótese de que existiam várias discriminações profissionais entre os pescadores, ou seja, um sistema de pesca muito bem delimitado e complexo onde indivíduos específicos desempenhavam atividades específicas. Como no exemplo analisado, encontramos jovens (imberbes)<sup>36</sup> pescadores com função de transporte, demonstrando uma espécie de hierarquia, uma vez que o contato com outras cenas de pesca demonstram homens já barbados realizando o ato da pesca. Existia, então, uma espécie de rito simbólico para adentrar à prática pesqueira, ou pelo menos um período que prepararia este jovem ingressante ao mundo do trabalho pesqueiro.

Se tratando da espacialidade portuária, principalmente do Pireu, percebemos que existe uma configuração espacial mas que aciona algo de identidade também. O porto é este lugar das várias confluências identitárias que faziam parte de um mesmo manto amplo e complexo, a cultura grega do período clássico e especificamente a cultura ateniense. Nesse sentido, aquele espaço ambivalente servia como lugar de comércio, de gerência das trocas econômicas e interesses de acumulação ou simples sobrevivência. O comércio (*emporie*) é descrito por Hesíodo em “Os trabalhos e os dias” como uma maneira de evitar as dívidas ou a fome, consequências de períodos de extrema escassez, mesmo que tenha que aventurar-se sobre o mar. Esta travessia acaba por tornar-se um “mal menor” justamente pela possibilidade de lucro (*kerdos*) ou subsistência que o comércio aparenta sustentar<sup>37</sup>.

Desde o período Arcaico, já podemos perceber esta preocupação com o comércio marítimo, isso se desdobra ao longo do período clássico. As descobertas arqueológicas que apontam cerâmicas de estilos específicos encontradas em regiões das mais diferenciadas, ao longo do mediterrâneo, apontam para a manutenção da prática comercial.

Mas quem eram os promotores deste comércio e qual papel social ocupavam? Seriam estes de ocupação “marginal”, camponeses endividados (pescadores)? Ou filhos mais novos excluídos de uma herança familiar?

<sup>36</sup> O que implicava, na cultura grega que estes eram hierarquicamente inferiores à um homem barbado.

<sup>37</sup> O poeta dá indícios de um período propício à essa navegação, “os cinquenta dias de pleno verão”, durante este tempo o mar torna-se mais calmo.

Segundo Mossé (1994), comercializar implicava a posse de um barco e uma carga a ser trocada, portanto, os primeiros comerciantes muito provavelmente eram pessoas de faixas sociais mais abastadas e que detinham poderes políticos relativamente preponderantes, mesmo que acreditemos que um “comum”, caso gerasse excedente, poderia comercializar ou realizar trocas de maneira menos especializada em comparação aos grandes comerciantes.

Dos aspectos abordados no contexto dos estudos em sociedades antigas, percebemos, pelas produções científicas acerca deste campo, vários silêncios quando nos direcionamos ao campo econômico, Segundo Mossé (1994), isso se dá pelo fato de que o pensamento antigo ou essa racionalidade (devemos pensar que esta racionalidade destacada se refere àquela valorizada pelo iluminismo, logo não servindo como categoria de análise do que se direciona ao pensamento clássico), não construíram conhecimentos de uma ciência econômica, uma vez que as reflexões sobre os assuntos que envolviam tanto relações de produção, trabalho, moeda, e trocas comerciais não estavam descoladas dos ensinamentos morais e filosóficos.

No entanto, é fato que os setores da vivência humana, sejam eles, religiosos, políticos, sociais e etc, pelo menos no mundo antigo, não podem ser problematizados de maneira setorizada como muito bem fez a modernidade.

Quando nos debruçamos sobre os estudos que levam em conta o modo de vida do homem antigo, no nosso caso o ateniense, pescador, pertencente à uma classe social menos abastada do período clássico, é impossível analisá-lo sem levar em consideração todas as esferas de atuação do seu cotidiano, logo, as atividades econômicas não estavam desligadas dos atos religiosos, políticos ou qualquer outra categoria distintiva.

O estudo das atividades econômicas no mundo antigo não é tarefa fácil, porém é extremamente válida. Esse debate, da relevância ou não desta abordagem, não é de hoje. Não é à toa que duas escolas do pensamento fomentam fortes debates acerca desta discussão. De um lado os culturalistas que defendem que desde a antiguidade já existia formulações de teor considerado econômico e de outro os mercantilistas que consideram o surgimento da economia enquanto conhecimento científico e “válido” ou sistemático apenas a partir da primeira revolução industrial.

Como já defendemos, essa segunda perspectiva, a que só leva em consideração o pensamento racional construído no iluminismo, não sendo, portanto, aplicável ao pensamento antigo.

Como um dos teóricos da abordagem culturalista, podemos mencionar o historiador e economista húngaro Karl Polanyi, A sua perspectiva sobre as economias antigas desde a Mesopotâmia, passando pela América Pré-Colombiana, dá créditos à um ramo da sociologia histórica pois não foi muito bem aceita pela ciência econômica tradicional.

Polanyi é lembrado por ter sido idealizador do substantivismo, uma abordagem na linha da antropologia econômica que destaca as relações entre economia, sociedade e cultura, ou seja, não fazendo separação entre os campos de atuação dos agentes históricos. Para este autor, na sua linha teórica, os indivíduos e suas relações encontram-se imersos em instituições culturais historicamente construídas que os condicionam, e as relações econômicas são partes dessas instituições sociais e de sua lógica.

A pesca como atividade econômica é também cultural e religiosa. O hábito da execução deste ofício possuía ordenamentos que assemelhavam-se a um rito, não sabemos, porém, em que momento da história da Grécia antiga começou essa tradição e esse tipo de informação, e isto não nos interessa no momento.

A questão é que a pesca artesanal fazia parte do sistema de sobrevivência cotidiana do grupo social em questão, muito provavelmente o cultivo de alguns insumos também deveriam ser praticados.

A pesca foi, sem dúvida, uma significativa atividade econômica durante toda a antiguidade, mesmo que os textos antigos e a iconografia aponte para a valorização do consumo e a caça de animais de carne vermelha ou de grande porte. Essa desvalorização dar-se-á pelo fato do peixe não ser considerado um alimento nobre pelo menos até o início do século VI a.C.

Apesar do conhecimento das técnicas de pesca e navegação, Homero apresentava os produtos do mar como gêneros a serem consumidos em caso de extrema necessidade. Hesíodo em *Os trabalhos e os dias*, reforça esse tipo de pensamento.

O mar sempre aparece atrelado, ora como espaço alternativo, aos momentos de extrema carência alimentícia, ora como lugar estranho ao homem, lugar de habitação de monstros e deuses coléricos. No entanto, a figuração do imaginário negativo acerca do espaço marinho é um discurso que vem de cima, elaborado por uma aristocracia intelectual que apenas preocupava-se em euforizar a identidade de grupo dos setores mais prestigiosos.

Claramente, o medo do mar possui sua legitimidade dado às suas configurações físicas. No entanto, precisamos deixar sempre bem claro que o ataque e o menosprezo às atividades do mar se dava por uma intenção discursiva e em constante construção. É necessário ao pesquisador fazer sempre a crítica à fonte e se tratando de uma elaboração histórica.

É preciso confrontar os discursos e tentar perceber urgências cotidianas, afinal, grande parte da documentação foi elaborada por certos setores sociais.

Segundo Vieira, os produtos advindos da pesca eram vendidos, em sua maioria, no próprio mercado do porto, assim como no centro urbano de Atenas, e o peixe consumido, o peixe fresco, era capturado ao longo da extensa costa ateniense (Vieira, 2011, p.42).

Para Polanyi (1963), no caso dos mercados antigos, concebidos tanto antropológicamente quanto historicamente, a sua função vital era a distribuição de comida fresca para o consumo geral, isto pressupõe que o mercado funcione em dias pré-estabelecidos. Com essa informação conseguimos imaginar que os dias do comércio do pescado estariam ligados aos dias de navegação favorável, ou seja, dias os quais o mar estaria mais calmo.

Essa formulação pode parecer, a priori, bastante lógica, mas ela evidencia ainda aspectos da vida cotidiana destes atenienses menos abastados.

Nos deixa claro uma relação intrínseca entre o trabalho e a sua vida cotidiana, as datas e o período propício à navegação encontrados na obra de Hesíodo nos permite propor qual a época de alta do comércio do pescado e portanto toda organização cultural do tempo para o pescador e isso influencia diretamente na participação (ou falta de) dos trabalhadores do mar nas *Ekklésias*.

A concepção do tempo em sociedades não industriais, ou melhor, antes do surgimento do capitalismo, era concebido por uma perspectiva cultural ou natural.

E a mensuração desse tempo está comumente relacionada com os processos familiares no ciclo do trabalho ou das tarefas domésticas, sociais, ou religiosas. Como comentou Thompson (2011) acerca da investigação dos hábitos dos *nuer*<sup>38</sup> por Evans-Pritchard. O relógio diário dessa comunidade seria o gado, a rotina das tarefas pastorais, a

---

<sup>38</sup> O povo Nuer é um grupo étnico niolítico que, primeiramente habitava o vale do Nilo. Eles estão ambientados no Sudão do sul mas também podem ser encontrados ao sudoeste da Etiópia.

concepção subjetiva das horas estaria relacionada à quantidade sucessiva de tarefas a serem desempenhadas ao longo de um dia.

Segundo E.P Thompson (2011), essa noção de tempo para as sociedades que não estavam familiarizadas com um sistema institucionalizado e padronizado de disciplina temporal, como as comunidades campesinas ou pesqueiras, cuja estrutura de mercados e administração é mínima, e na qual as tarefas diárias, que variam da pesca ao plantio, construção de casas, de redes, feitura de telhados, fabricação de cerâmicas, artesanato, parecem desempenhar-se de acordo com as necessidades mais imediatas, mesmo que, caso haja excedente, pratiquem o comércio.

No caso dos oleiros e artesões em geral, a sua produção está estritamente ligada ao comércio, mas não o comércio imperialista dos séculos XVI, mas um comércio que chamamos de subsistência, no caso dos pequenos produtores.

Essa percepção do tempo que surge nesses contextos tem sido descrita como orientação pelas tarefas. Talvez seja o modo mais eficiente de pensar esse tipo de aspecto em sociedades campesinas e continua a ser importante nas atividades domésticas e do vilarejo. Nessas comunidades é fácil perceber, segundo Thompson, que a relação entre trabalho e a vida, não estão em conflito ou muito menos distanciadas. As relações sociais e o trabalho são misturadas, o dia de trabalho se prolonga ou contrai segundo a tarefa (Thompson, 2011).

Essa relação é claramente aplicável à vida cotidiana dos pescadores, a sua jornada de trabalho depende diretamente, primeiro das condições do mar, e dos dias e locais específicos, favoráveis à captura do pescado, por isso uma das hipóteses desse trabalho aponta para o estabelecimento de comunidades pesqueiras ao longo da costa ateniense.

Sem dúvidas, o referencial que estamos tratando pressupõe, como objeto o camponês, o artesão ou o pescador independente. Mas a questão da orientação pelas tarefas se torna muito mais complexa quando se emprega mão de obra, neste caso elegemos duas possibilidades, uma economia familiar e uma de contrato de mão de obra.

Na primeira a economia familiar do pequeno pescador pode ser orientada pelas tarefas, mas no cerne de sua organização familiar pode haver divisão de funções o que pressupõe princípios de uma relação empregador-empregado, nesse momento percebe-se a transformação do tempo em subprodutos, sejam estes quais forem, alimentação, moeda, outros produtos (redes, barcos, arpões de caça, etc.)

(...) mas a nossa própria vida é sobre a água; a terra causa nossa morte, como os peixes, incapazes de respirar o ar. **Então, o que você estava pensando, mulher, deixando a costa e as redes de linho**, para ir à vila deslumbrar-se com os ritos das Oscoforias e das Lêneas e ti envolver com os festivais desses atenienses ricos? . (ALCIPHON, 1999, p.54).

Nessa citação, grifo nosso, percebemos o descontentamento do esposo (?) para com a sua companheira por entre outras questões, o fato desta “abandonar” a costa e as redes de linho para participar de um festival religioso em Atenas, isso nos faz perceber uma singela separação das obrigações produtivas, como já comentamos.

Neste pequeno trecho, é evidente um dos aspectos dessa divisão, só conseguimos atribuir pelo fragmento a função feminina, a do concerto das redes, mas pela análise iconográfica, já notamos presença de *efebos* em atividades de transporte, o que nos faz pressupor que parte destes jovens atenienses já possuiria uma função específica no desempenho da economia familiar pesqueira.

Quando falamos em uma relação de contrato de mão de obra, da maneira mais simplificada na atribuição de sentidos, a orientação por tarefas toma outro rumo, esta relação agora é dada por hora marcada, ou seja, o trabalho é medido no tempo e a produção por consequência, também é, nessa relação existe ainda um desejo do “*maître*” em reter mercadorias e obter um excedente.

Segundo Thompson (2011), a regulação do trabalho de hora marcada nas sociedades antigas, pode ser feita independentemente de qualquer relógio e, na verdade, precede a difusão desse mecanismo.

É, em vão que nos fazemos todo este mal, Kyrton: Nós somos queimados de dia pelo calor do sol, a noite, nós “aramos” o abismo à luz das tochas. Nós esvaziamos nossas ânforas no barrie das Danaides. “Como se costuma dizer, o nosso trabalho é inútil e estéril. Nós nem ao menos temos o direito de encher nossas barrigas de urtigas do mar ou conchas; o *maître* pega todo o nosso peixe e pobre somos, trabalhadores submetidos. Não contente em fazer-nos tudo isso, continua a vasculhar o barco. Anteontem, enviamo-lhe Munychia Hermon, o garoto, você o conhece, para levar as mercadorias a ele; o *maître* reivindicou as esponjas e a lã do mar. Logo após ter feito esse pedido adicional, Hermom abandonou também, com o barco, para se juntar à uma tripulação de remadores rhodienses que estão por sua conta. Então, o *maître* foi privado de um servidos e nós de um companheiro de trabalho. (ALCIPHON, 1999, p.52).

A partir desta carta é possível a interpretação de alguns pontos importantes sobre as jornadas de trabalho dos pescadores, além disso a sua própria percepção de níveis de exploração do trabalho contratado, aparece ainda, em documentação textual, a

importante figura dos transportadores dos frutos da pesca, e um agente novo, o *maître*, que acreditamos ser uma espécie de financiador desse braço da atividade pesqueira.

Essa mediação incorpora uma relação simples. Aqueles que são contratados experimentam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu próprio tempo. E o empregador deve usar o tempo de sua mão de obra e cuidar para que não seja desperdiçado.

A revolta de Hermon com o empregador também se reflete naquilo que poderíamos pensar como os primeiros atos de insatisfação e percepção de exploração nas relações de trabalho, a sua opção foi por buscar novas maneiras de continuar na atividade marítima. Temos que atentar que a função de “remadores”, no período clássico, está relacionada à marinha de guerra, as enormes trirremes precisavam de grandes quantidades de pessoas habilitadas e com domínio dos conhecimentos relacionados ao mar e à navegação.

Vieira (2011), entende que existia comerciantes de peixes<sup>39</sup>, homens que compravam o fruto da pesca e revendiam nos mercados. É claro que não era uma atividade valorizada, mas muitos *metecos* se dedicaram a ela, obtendo uma integração ao corpo cívico da *pólis*<sup>40</sup>.

Quanto à pesca, ela era, pelo que sabemos, submetida a impostos que tinham como destino por vezes grandes santuários rurais, como Délos ou o demos ático de Halai<sup>41</sup>; nesses casos, os impostos eram repassados ao tesouro de Apolo. Apesar da obrigatoriedade do imposto sobre a pesca, e do seu produto ter lugar fixo nos mercados, o pescador juridicamente parece não existir.

A perspectiva que estamos abordando nos fez perceber o quão vasto é o campo de investigação para os sentidos econômicos das atividades produtivas na antiguidade, importante ressaltar que como já defendido, as esferas do mundo social não estão descoladas, mas articulam-se de maneira complexa e conjunta.

Os pescadores, ao obterem seus produtos, sejam estes para o direcionamento comercial ou para a própria alimentação, desempenhavam atos sacrificiais como forma de agradecer o seu empreendimento bem sucedido, a teorização sobre as duas formas, destacadas por nós, acerca das relações produtivas do pescador, seja esta uma economia familiar ou uma de “contrato”, nos dá caminho para novas interpretações futuras sobre o

---

<sup>39</sup> Dumont, 1981, p.10

<sup>40</sup> Ibid. lbn

<sup>41</sup> Vieira, 2011, p.60

desenvolvimento dos grandes mercados que Atenas começou a protagonizar a partir de seu período imperial. A atividade pesqueira nos parece ter sido bem mais importante do que a documentação textual aponta

#### **4 DEMOCRACIA E IMPERIALISMO: o mar e seus agentes**

Este terceiro capítulo contém um conteúdo mais político, do ponto de vista das reorganizações sociais advindas da instituição política democrática, discutimos os seus limites e os seus alcances, abordamos ainda os discursos elaborados pela elite intelectual e os seus projetos políticos de gestão de uma *pólis* idealizada e inexistente, relacionado contexto imperial<sup>42</sup> e instituições próprias do período clássico ateniense.

Optamos pela seguinte divisão: 1) Democracia dos mares: Política imperial e desagregação; 2) A teoria política e a defesa de um projeto de gestão: Análise dos discursos platônicos e aristotélicos; 3. Os limites de definição de uma classe *eleutheroi* e a *hybris* do pescador.

##### **4.1 Democracia dos mares: Política imperial e desagregação.**

O famoso decreto de Temístocles influenciou categoricamente os atenienses na opção pela construção de uma frota marítima poderosa e extensa. Segundo Corvisier, a intensão ateniense não foi a de ocupar vastos territórios de maneira a empreender um sistema de colonização aos moldes do conhecido durante os séculos XV e XVI. o autor interpreta que o interesse maior estaria no controle das vias comerciais. Isso poderia estar relacionado à constituição identitária ateniense, ora, o discurso de exaltação do “espírito ateniense” foi tomado mesmo pelos renascentistas como símbolo de civilidade e sofisticação.

Nesse sentido, não é difícil compreender o porquê desse caráter de ocupação do território colonial ser desvalorizado pelos ideais atenienses, na verdade como sabemos,

---

<sup>42</sup> Entendemos, por contexto imperial ateniense, o período clássico, especificamente a partir de 490 a.C no qual há o início de uma política de “unificação” das *pólis* adjacentes sob o discurso de defesa do território ático contra novas invasões pérsicas. O poder da cidade de Atenas, lentamente, transformou-se em uma inflexível política de dominação. As cidades que não faziam parte da confederação foram obrigadas a se tornar cidades-membros. As cidades que se negaram foram severamente punidas, como Naxos e Tassos. A tentativa de separação dessas cidades mostrava a força que Atenas exercia sobre suas cidades aliadas. Esse poder era sentido amplamente, pois Atenas interferia em todos os embates existentes entre os membros da Confederação.



esse tipo de ocupação estaria direcionado a certos setores da sociedade *políade*. Nascida da segunda guerra médica, a liga de Délos iniciou-se logo quando os espartanos cessaram a sua política de guerra em 478/7 a.C.

As numerosas cidades lideradas por Atenas dispunham de um conselho comum ao qual os estados representavam as cidades da aliança que permaneciam autônomas. O financiamento da guerra estava assegurado pelo tributo conhecido como *phoros*, sob o discurso legitimador de defesa contra futuros possíveis ataques advindos das investidas persas, defendendo assim os aliados contra os “bárbaros” do oriente próximo.

De certo modo, como aponta Corvisier (2011), o nascimento da liga de Delos está associado à guerra contra os Persas, no entanto essa aliança acaba se tornando instrumento de hegemonia ateniense.

A liga segue seu empreendimento ao longo da primeira metade do Vº século, conquistando cidades e fixando entrepostos de comércios projetados na instalação de estruturas portuárias.

Em 461, a liga ocupou Mégara e Corinto instalando tropas nos portos respectivos das cidades, logo depois ocuparam Naupactus, na região do Peloponeso. Em 460 houve uma campanha liderada no Chipre e uma intervenção no Egito para ajuda-los em sua revolta contra os persas.

As necessidades políticas e econômicas restadas na manutenção e edificação militar das cidades costeiras e portuárias se estabelece como sistema indispensável para travessia das frotas e para assegurar o pagamento continuado do *phoros*, assim configurando a face de um verdadeiro império.

Voltando à discussão da ocupação do espaço conquistado, Corvisier defende que este na verdade se configura enquanto um dos meios coercitivos do império ateniense. Segundo o discurso legitimador, a presença de uma guarnição nas áreas conquistadas se justificava tanto politicamente quanto militarmente para assegurar a criação de um *klêrouchía*, instituição a qual os *klêruchs*, cidadãos atenienses, recebiam um *klêros*, lote de terra que lhes era atribuído com o intuito de seu cultivo.

Mas, como Finley (1988) indaga, de quem seria o interesse da criação e manutenção do império? Segundo o mesmo autor, respondendo a esta indagação sob o ponto de vista dos interesses materiais, uma resposta mais direta diria que as classes pobres se beneficiariam diretamente de forma visível e substancial.

O ofício de remador nas esquadras era um meio de vida modesto, porém não muito distante dos ganhos de um artífice ou de um comerciante mediano, e ainda mais valioso para os filhos das famílias mais numerosas de camponeses que podiam assim acrescentar uma parcela do soldo advindo do serviço prestado à marinha ateniense à renda familiar. (Finley, 1988, p.99)

Todavia, acreditamos que o ofício de remador traria ainda um olhar social de prestígio ou traria, minimamente, respeito: “Os que tripulam os barcos são os que fornecem poder ao Estado.”(- Pseudo- Xenofonte, Constituição de Atenas, 1.2)

Outra parte dos atenienses poderia receber terras confiscadas de rebeldes em áreas conquistadas e, ao mesmo tempo, reforçavam o seu estatuto de cidadania pois contribuía diretamente para a manutenção de um dos mecanismos de reprodução do imperialismo.

“O domínio dos mares ajudava a garantir um adequado fornecimento de grãos, a alimentação básica, a preços razoáveis; e esta era uma questão crítica para uma comunidade cuja produção interna poderia não suprir satisfatoriamente mais do que parte de suas necessidades.” (Finley, 1988, p.99)

Os ricos em Atenas arcavam com os custos do governo, que incluíam as substanciais despesas com cultos públicos; além de se encarregarem do financiamento dos combates na guerra, por isso o império incentivou a vida comercial de Atenas bem como as “exportações invisíveis”, através da presença crescente de estrangeiros, que eram em sua maioria comerciantes e turistas.

A busca por estes ganhos invisíveis implica na capacidade crescente de Atenas em incorrer em despesas públicas extraordinárias, a exemplo do programa de construção da Acrópole. Essa renda era obtida através dos povos dominados, isto é, sem aumentar ainda mais a já expressiva carga de tributos despendidos pelos cidadãos mais ricos.

A articulação dessa Atenas mais política e de ações democráticas mais “concretas” e pontuais, difere das argumentações propostas pelos membros da escola platônica e da academia aristotélica, como aponta Finley (1988). De acordo com ele, o fato de que ao longo do período de formação do sistema democrático, houve ampla distribuição de fundos públicos, na marinha, no pagamento pela prestação de serviços como jurados, aos funcionários públicos e membros do Conselho.

O programa amplo e complexo de assentamento de cidadãos em território conquistado e a instauração da *mistoforia* como maneira de distribuição de riqueza e incentivo à participação cidadã foram lidas pelo discurso aristocrático como falhas do sistema democrático, mas acreditamos que essas políticas de incentivo só foram possíveis

graças ao império, inclusive essa estratégia pode ser interpretada como uma solução institucional aos problemas crônicos causadores de mal estar grego, as *stásis*, guerras cívicas.

A partir dos mecanismos expostos, Atenas tentou lidar com suas limitações e contradições internas, a opção pelo enriquecimento imperial veio como estratégia ilustre para o financiamento de suas soluções, marcada por uma tradição hierárquica advinda de tempos palacianos buscou no mar as origens de um progresso territorial e a salvação do seu sistema político de ampla participação inédito no mundo antigo, o discurso de atribuição de valores negativos ao mar nos parece mais uma estratégia de idealismos que partia de setores conservadores e insatisfeitos.

A manutenção da democracia pelo imperialismo ateniense nos parece tão imbricado que levou a desagregação do outro, este foi o custo a se pagar, os limites de um império talvez nunca sejam de conhecimento de seus articuladores, afinal a história nos ensina isso, e foi exatamente isso que percebemos com esse exemplo discutido, o estímulo ao fortalecimento cada vez mais desenfreado conduziu a polis de Atená à própria desagregação.

#### **4.2 A teoria política e a defesa de um projeto de gestão: Análise dos discursos platônicos e aristotélicos.**

Justamente por não construírem a sua forma de integração nos parâmetros da cidadania ideal, do caráter *politeía* é que estes indivíduos, os pescadores, constituíram um problema para a reflexão sobre a cidade ideal. O mar era símbolo e meio de interações independentes dos processos de gestão e de dominação derivados da estrutura *políade*.

Platão, como forma de defender sua argumentação, expõe, através do Crítias, diálogo do início do século IV a.C, a narrativa de duas grandes cidades de outrora, Atenas e Atlândida, de como elas eram habitadas e das razões que levaram ao conflito e consequente queda da segunda.

O Crítias inicia seu dialogo apresentando uma Atenas de outros tempos, período de formação original do espaço citadino e dos seus habitantes. Assim organiza a origem organizacional de Atenas, uma cidade que desde a sua formulação já possui valores relacionados ao desenvolvimento político. Ao se referir à segunda *polis* em questão,

Atlântida, aponta que a sua origem foi provida e organizada por Poseidon, e que seus habitantes foram fruto de uma paixão entre Poseidon e Clito, uma mortal.

Em Atlântida, situada além do estreito de Gibraltar, “as colunas de Hércules”, os desígnios de Poseidon transformaram o espaço natural em uma ordem geometricamente de círculos concêntricos e alternados de terra e mar, sendo o centro da circunferência formado por uma escarpa circundada por muros, guardando uma cidadela onde erigiam-se os templos em honra a Poseidon e Clito.

Atlântida é apresentada como cidade construída para ser exclusiva à comunicação externa, ainda no *Crítias* os relatos sobre autosuficiência e abundância alimentar não são poucos, a *pólis* se apresenta enquanto um espaço sem comunicação com o mundo dos homens, o que significa: sem navegação.

No entanto, os decentes de Clito e Poseidon realizaram uma segunda operação sobre esse espaço perfeitamente geometrizado, eles abriram canais e fizeram cruzar pontes pelos anéis de terra e de mar até a ilha principal, canais que possibilitavam a passagem de uma seleção de quantidade e tipo de embarcações que poderiam chegar ao porto.

Essa transformação do espaço expôs a cidadela antes protegida dos olhares e encontros com o “outro” em uma paisagem de cidade marítima, lugar de mistura de sensações, de confusão diária dos sentidos. Tumulto, vozerio, diversidade, este é o quadro apresentado por essa nova configuração paisagística.

A cidade que o deus tinha fabricado inicialmente fechada, com o intuito de evitar a aproximação de estranhos e de suas “coisas”, agora está aberta às mais diversas influências e exposição dos habitantes com toda sorte de recém-chegados. Em comparação a Atenas mitológica que não teria se deixado levar pela tentação de permitir essa confusão de interações.

Os dirigentes de Atenas e dos gregos, não se permitiram o contato com as coisas e as pessoas que vinham do mar, mantendo-se confinados às fronteiras da Acrópole. Os escritos de Platão, especificamente a *República*, *O Crítias* e as *Leis* (dos que nós destacamos aqui) apresentam um projeto político, uma visão de gerência da *pólis*, a definição de um isolamento da classe dirigente está estritamente ligado à sua filosofia.

O contexto inequívoco de uma utopia política elaborada pelo filósofo e uma maneira nova de escrita, a alegoria como forma de defesa argumentativa, são mecanismos que precisamos levar em consideração antes de tecer nossas considerações.

Como Vidal-Naquet (1989) resume “a Atlântida e a Atenas são as duas faces da Atenas de Platão”. Nas entrelinhas do diálogo é, assim, possível descortinar a nostalgia de um período grandioso, que os políticos e oradores atenienses da primeira metade do século IV a.C, remetem sistematicamente para Sólon .

O estadista de dois séculos antes passou a ser símbolo de uma “idade do ouro” da democracia, cujo atrativo Platão não deixa de comentar em as Leis (698b- 699d).

Uma idade de outro, segundo Azevedo, que à semelhança da proto-Atenas de nove mil anos antes, se concentra toda na excelência e na defesa das instituições, rejeitando a tentação funesta de impérios navais.

Como aparece no Crítias, Atlântida, dotada de riquezas, não só pela abundância de produtos agrícolas e de minérios preciosos, ocupando um espaço privilegiado, acaba esquecendo a primitiva condição divina.

O incremento do comércio e do poder naval, favorecido pela situação geográfica e pela inata vocação marítima que lhe advinha de Poseidon, o deus fundador, em breve veio a despertar-lhe uma incontrolável sede de dominar o mundo. Regiões da Ásia e a Líbia caem em seu poder, chegando a preparar-se para o ataque à Grécia.

Azevedo faz uma análise interessante desse momento da narrativa. A autora aponta que neste momento Atenas intervém, promovendo aliança entre os povos gregos contra os atlantes, à semelhança do que muitos séculos faria, quando as tropas de Dário e de Xerxes invadiram a Europa e em especial o território grego. E à semelhança também, do que aconteceu mais tarde, é ela que, abandonada pelos aliados, acaba por enfrentar sozinha as investidas dos espartanos.

Platão se estabelece enquanto grande crítico à opção que Atenas toma ao iniciar os empreendimentos que a farão uma nação imperialista, característica do IV século, ao mesmo tempo que acusa o caráter político democrático que inflama as paixões exacerbadas pelo domínio e expansão territorial. Talvez por ter visto tentativas e a configuração política dos persas, Platão tenha os tomado como espelho inverso, modelo de articulação a ser negado.

Outro argumento posto por Platão em as Leis faz menção às próprias estruturas do pensamento grego na perspectiva do filósofo, elencando técnicas de ofícios que influenciariam na própria aptidão ou não do desenvolvimento da atividade política.

O texto do livro VIII, diferentemente do Crítias, não parece, a primeira vista, pertencer a categoria de ambivalente ou alegoria, na verdade este é bastante claro e

categorico. Segundo Platão, não se pode exercer dois ofícios ao mesmo tempo. Ser cidadão é ofício que é a cultura da virtude.

Usando o sentido atribuído aos trabalhadores de ofícios produtivos e no caso platônico, que usa a exemplo os artesãos, o cidadão ideal não pode ser de forma alguma um artesão, ou possuir um estatuto semelhantes à estes, alguém que precise, para manter sua sobrevivência, desempenhar atividades produtivas.

Os que infringissem essas leis atrairiam o ultraje público, *oneidos*, ou a indignidade cívica, *atimia*. (Vidal-Naquet, 1989, p.150)

Por isso a defesa de Platão à ideia de um princípio do ofício único, tendo como pressuposto a sua divisão social clássica, essa hierarquia baseada nos ofícios discrimina que artesãos e cultivadores formaram uma terceira função na cidade modelo, enquanto os guerreiros pertencem à segunda e os filósofos à primeira.

Segundo Platão, cada indivíduo recebeu, além das *technai* às quais é adequado, uma parcela de *techné politiké*, de arte política, que Zeus agraciou a cada um. (Vidal-Naquet, 1989, p.151)

O filósofo explica com muita firmeza que a política depende da *techné* e não da natureza, *phýsis*. É nessa questão posta que é possível discriminar a intenção do autor, uma vez que a *techné* atribuída aos trabalhadores é o desenvolvimento da *métis*. “A habilidade do artesão, oleiro ou tecelão, inscreve-se na *métis*, na mesma qualidade que a habilidade quase animal (natural) do caçador, do espia, do pescador, do jovem soldado que participa de uma emboscada”. (Vidal-Naquet, 1989, p.155)

Ao discernir entre uma *techné politiké* e uma *techné phýsis*, portanto um saber que só é desenvolvido a partir de atividades produtivas, Platão concretiza que o seu ideal de gestão políade deve ser deixado nas mãos dos filósofos, esta é a elaboração do projeto político posto pelo filósofo que beneficia, em primeira instância, a sua própria “casta”.

A ambiguidade do mar na vida cotidiana associada a aspectos negativos, ganha novos contornos na teoria política desenvolvida por Aristóteles. Para o pensador, a questão da comunicação espacial entre a *pólis*, a *chóra* e o litoral devem estar relacionadas a questões pontuais e utilitárias como a defesa militar e o abastecimento.

A cidade deve estar em comunicação com todas as partes o território afim de enviar ajuda militar; mas também deve ser facilmente acessível para a afluência da produção agrícola, madeira, e qualquer outro material que o campo possua. (VII, 1327a, 4-10)

Deveria se permitir a circulação das pessoas e das coisas necessárias que vinham do território, assim como do litoral, e facilitar a circulação dos habitantes. (VII, 1327a, 3-10; 1330a-b).

Aristóteles desenvolve suas argumentações com problemas de gestão da *pólis*, a articulação entre *ásty* e *chóra* deve ser incentivada, mas ainda assim existem imperativos que devem ser respeitados.

O problema da circulação de pessoas e de coisas também fundamentava proposições a respeito da localização do porto: barrando encontros entre pessoas, através de leis e mesmo de mudanças físicas da estrutura do espaço *políade*, institucionalizando intervenções no relacionamento das pessoas do porto com os habitantes em geral. Assim, a *pólis* poderia prevenir qualquer desvantagem derivada da proximidade do porto. Além disso, se resolveria outra questão pois para Aristóteles não haveria necessidade de se conferir cidadania à população (*polyanthopian*) do litoral, aos marinheiros. (VII, 1327b, 8-9)

Aristóteles teoriza a atividade política, a regulação dos habitantes e dos modos adequados de habitar e ocupar o espaço urbano, este reconhece a cidade como “uma multidão de habitantes” e não apenas cidadãos. O filósofo coloca mais um entrave em relação à cidadania que deveria ser restrita a uma elite, defendendo que os governantes deveriam ser poucos e os “melhores<sup>43</sup>”.

Aristóteles, diferentemente de Platão, não desqualifica o trabalho advindo da região rural, pelo contrário, em sua problemática busca sempre organizar as atividades produtivas do meio rural e urbano no seu melhor entender.

É muito evidente um projeto aristocrático de separação entre aqueles que serviriam para desempenho das atividades políticas e aqueles que deveriam se preocupar com as questões produtivas do abastecimento nutricional da *pólis*.

Vale lembrar que este projeto de uma *ágora* livre nunca foi realizado, sua praça pública, desde tempos mais recuados, misturava a cada dia todos os tipos de pessoas e atividades.

Os dois projetos políticos organizacionais e altamente aristocráticos defendidos e apresentados por Platão e Aristóteles, respectivamente, demonstram as urgências cotidianas de uma *pólis* democrática que ao ver dos filósofos passava por problemas de condução. Não devemos deixar de lado, nunca, os contextos nos quais suas obras foram

---

<sup>43</sup> Aristóteles, *Politic*, Loeb Classical Library, 1997.

produzidas, as guerras médicas, a formação da liga de Délos, as expedições colonizadoras em direção à Sicília, são alguns dos fatos políticos mais preeminentes acerca de constituição de análises e críticas por seus contemporâneos.

As populações menos abastadas são tratadas pelo discurso como habitantes “menores”, sem importância, ou com desempenho direcionado única e exclusivamente para a produção, há a tentativa clara e objetiva de transformação do sistema político em um modelo que dispensaria os cidadãos não qualificados dentro de um sistema altamente hierárquico de atribuição de valores e status.

#### **4.3 Os limites de definição de uma classe *eleutheroi* e a *hybris* do pescador.**

Pensar um dado espaço é perceber em que medida ele influencia ou interage com as populações humanas. No caso de Atenas, o discurso platônico sobre o mar e seus atributos negativos, negando a necessidade da cidade ideal de possuir atividades relacionadas ao mar, é um ataque à própria constituição da identidade de grupo dos pescadores, o que desemboca no afastamento destes homens enquanto sujeitos políticos e atuantes.

O foco nas obras *As Leis* de Platão e a *Política* de Aristóteles nos proporcionou perceber o quanto estes filósofos viam a democracia enquanto um sistema altamente falho, uma vez que não abarcava, em seu total, o *dêmos* e, além disso, tentaram restringir ainda mais essa participação.

Logicamente, poderíamos atribuir isso às suas posições favoráveis à política oligárquica. No entanto, a objeção de Platão chama a atenção para a “apatia” política que o grupo dos pescadores partilhava. Cabe aqui pensar a teoria política da democracia desenvolvida por Finley (1988) que demonstra um medo iminente das elites intelectuais atenienses (no caso Platão e Aristóteles principalmente) de que a democracia poderia se tornar um governo pelos pobres e para o interesse dos pobres.

Uma das principais críticas historiográficas à ideia de plena democracia é o fato de que apenas uma parte restrita da população realmente participava nas discussões e assembleias, isso se dá pois apenas cidadãos poderiam votar, e uma vez que a ideia de cidadão em Atenas era muito específica (homem, maior de 18 anos e filho de pai e mãe ateniense) o que acabava por excluir grande parte do contingente humano que habitava a Ática, como, os *metecos* (estrangeiros domiciliados) escravos e mulheres.



No entanto, essa crítica é, de certa forma, anacrônica, uma vez que excluir os estrangeiros, as mulheres e os escravos era algo que fazia parte da própria estrutura social ateniense. No entanto pensar que mesmo pessoas que eram consideradas como cidadãos e não se interessavam em votar nos ilustra o quanto este regime ainda era limitado.

Segundo Finley (1988), no tempo de Péricles, o número de cidadãos qualificados era cerca de 35 ou 40 mil, no entanto o ponto crítico a se pensar é quanto deste contingente realmente ia às reuniões. É sensato imaginar, por exemplo, que em condições normais, a assistência fosse constituída principalmente dos residentes urbanos. Poucos camponeses fariam a viagem para comparecer a uma reunião da Assembleia. Portanto, grande parte da população qualificada estava excluída, no que diz respeito à participação direta.

Um dos principais motivos para que estes cidadãos se mantivessem alheios ao voto era a própria distância do centro cívico (que era a Acrópole e onde ocorriam as assembleias) das outras áreas consideradas campesinas, na verdade alguns autores defendem que a maioria dos habitantes de Atenas se concentrava nessas regiões mais afastadas.

Na Eclésia, os cidadãos presentes às sessões não representavam a totalidade do corpo cívico. Provavelmente uma minoria tomava ali as decisões. Isto nos leva a pressupor que cidadãos que habitavam as regiões mais afastadas da *Pnix* não tinham uma vida política ativa, essa questão era tão presente que durante o governo de Péricles criou-se um sistema de remuneração em dinheiro para os ocupantes de cargos públicos (mistoforia) como uma forma de incitar a participação popular nos assuntos da administração da cidade.

Por existir em Atenas do V século a.C um sistema de pressupostos para o exercício da cidadania que seria, em si, segundo Starr (2005) uma moradia próxima ao centro de discussão política, e não só restringir-se ao caráter físico da locomoção, mas estar ideologicamente favorável ao que iria ser discutido em assembleia.

Padrões que eram atingidos pelos pescadores e não só por eles, por muitos *thêtai* em geral, nos evidenciam uma grave fraqueza deste sistema político, que em tese deveria envolver o todo, no entanto a leitura das cartas de Alciphron, especificamente as cartas atribuídas aos pescadores, fica evidente o quanto a mentalidade destes homens tende para o afastamento das atividades relacionadas à cidade, ou seja, eventos cívicos.

O discurso presente era que o bom cidadão deve ter coragem de expôr-se ao perigo e o temor aos inimigos pessoais, não deve manter-se indiferente aos interesses públicos,

afinal aqueles que se ocupam dos seus negócios privados não contribuem em nada com a polis, o interesse público faz a polis grande e livre.

“Um homem pode, ao mesmo tempo, cuidar de seus assuntos particulares e dos do Estado. (...) Consideramos aquele que não participa da vida de cidadão não como quem cuida da sua própria vida, mas sim como um inútil”. (apud Finley 1988, p. 42)

Percebemos que o discurso em voga contrasta quando aplicamos essa situação para os pescadores, uma vez que estes por serem muito pobres e terem necessidades imediatas, preferiam, por ocasião lançarem-se à caça marinha para promover seu sustento do que participar em discussões ou decisões na *Eclésia*. Essa noção de cidadania ateniense fica bem posta por Aristóteles quando ele define, por eliminação, o que seria esse cidadão, segundo o filósofo a residência no território não pode ser um critério porque estrangeiros e escravos podem possuir.

O direito de processar e ser processado judicialmente é insuficiente; pode ser assegurado à estrangeiros por tratado. A descendência materna ou paterna também não basta, colocaria um problema de formulação uma vez que os fundadores da cidade acabariam por não se encaixar neste critério (mesmo que acabe por admitir que a ascendência por via paterna é importante para ser cidadão).

Sendo assim o cidadão é, verdadeiramente, o que participa na vida política, através de funções deliberativas ou judiciais; e designa-se por cidade a multidão de tais cidadãos em número suficiente para alcançar a autarquia.

Dentro de sua crítica à democracia e por sua percepção dos limites participativos em sua época, Aristóteles indaga que “As eleições são aristocráticas, não democráticas elas introduzem o elemento da escolha reflexiva, da seleção das “melhores pessoas”, os *aristoi*, em vez do governo por todos<sup>44</sup> parecendo irônico, no entanto correto em sua posição, a democracia mostra-se enquanto algo contraditório, não deixa de ser, como posto, uma escolha dos “melhores”.

Talvez por esta razão houvesse em Atenas, de fins do século cinco, uma grande disputa interna entre dois grupos gerando o que caracterizou-se como *stásis*, verdadeiras guerras civis que envolviam dois grupos políticos, um democrático, outro de caráter oligárquico.

As *stásis* estavam ligadas a disputas internas a respeito de uma maior participação na política ateniense a distribuição ou redistribuição dos recursos comunitários. Esses

---

<sup>44</sup> Finley, 1988, p.32-48

conflitos revelavam as contradições entre cidadãos ricos e pobres, as disputas sociais irão por fim ter este teor de exercício da cidadania. Segundo Finley, a estrutura de grupos de interesse da sociedade grega, da sociedade política era relativamente simples. Entre eles não haveria divisões nem étnicas nem religiosas.

Não havia instituições como partidos políticos comprometidos com interesses específicos. As divergências mostram-se, como citado acima, entre interesses setoriais, entre o meio rural e o urbano; mas acima de tudo havia a divisão entre ricos e pobres. O uso de termos como classes sociais ou classes econômicas para esta sociedade não se aplicam, era uma sociedade constituída em sua maioria por proprietários de terras, incluindo desde camponeses com pequenas propriedades de um a dois hectares, dedicadas à cultura de subsistência, até grandes proprietários, que recebiam rendas substanciais de suas terras.

Nas empreitadas da nascente “Imperatriz do Egeu”, o pescador, por vezes era designado à função de remador nos trirremes. Era uma atividade que provavelmente não o agradava, mas que, acredita-se, despertava um sentido de integração com a comunidade. Porém, por todo conhecimento construído acerca deste grupo não conseguimos enxergar este pescador como alguém que se prestasse a contribuir para o sentido de *koinonia*, não seria interessante a ele abandonar sua própria “subcomunidade”, onde era aceito e reconhecido e possuiria sua honra própria, além disso quem traria sustento para sua família, caso tivesse uma?

Em uma carta atribuída a Thynnaios direcionada a Scopílos, é nítido a aversão à participação de uma expedição colonizadora que os pescadores compartilhavam:

Você ficou sabendo das terríveis notícias Scopílos? Os Atenienses estão projetando uma expedição para além das fronteiras: eles pretendem lançar-se ao mar. De Paralos à Salamina, os barcos escudeiros mais rápidos, saíram a fora com observadores a bordo que irão decidir quando e qual local mais adequado para a partida dos futuros combatentes. Os outros navios destinados ao transporte das tropas, precisam de mais remadores e, particularmente, de gente habituada a lutar contra os ventos e as ondas. O que faremos meu amigo? Fugir ou ficar? Em todos os lugares, em Piraeus, Faliro, Cabo Sounion e às fronteiras de Géraistos, eles pedem os trabalhadores do mar. Mas nós, que não conhecemos nem mesmo a Ágora, como suportaremos, diga-me, de nos colocarmos em batalha e de nos dispormos aos serviços de homens fortemente armados? As duas soluções são cruéis: fugir e abandonar as mulheres e as crianças ou expormos nossas vidas ao perigo duplo das armas e do mar. Ficar é inútil; é claro que a melhor, é fugir. (ALCIPHON, 1999, p.62)

Posto isso, precisamos esclarecer algumas coisas. Naquela época, a principal força de combate nos exércitos gregos era o corpo de hoplitas, que seria uma espécie de milícia de cidadãos composta por soldados de infantaria portando armas e entravam em combate

com rígida formação.

Os hoplitas deviam equipar-se com recursos próprios e não recebiam qualquer pagamento além de um modesto “por dia” quando prestavam serviço ativo. Por essas razões eram recrutados do setor mais rico da população. A marinha, por outro lado, era constituída por um corpo profissional de remadores de ocupação mais regular.

Durante seu período Imperial, Atenas manteve uma frota permanente de, no mínimo, uma centena de trirremes, fazendo jus a pagamento por até oito meses no ano, além de outras duzentas em doca seca, prontas para entrar em ação quando necessário. Os remadores eram recrutados da metade mais pobre da população. Havia portanto, uma divisão nítida e significativa: os ricos e o exército, os pobres e a marinha . Interessante perceber o contraste entre os discursos, segundo Tucídides, sobre a votação final que aprovou a expedição para a Sicília de 415 a.C:

Havia uma paixão pela expedição que se apoderou de todos. Os mais velhos achavam que, ou conquistariam os lugares para onde navegavam ou, em qualquer caso, com uma força tão grande, não lhes poderia suceder nada de mal; os jovens ansiavam por ver lugares diferentes e pelas experiências e estavam confiantes que voltariam sãos e salvos; a massa inclusive os soldados, via a perspectiva de ganhar dinheiro no momento e depois, ao anexar a Sicília ao Império, assegurar uma renda futura ”. (FINLEY p.32-48)

O resultado desse excessivo entusiasmo da grande maioria foi que aqueles que realmente se opunham à expedição ficaram com medo de serem considerados antipatrióticos se votassem contra e, portanto, se mantiveram calados. Para os pescadores, as possibilidades das empreitadas do Império não os interessava sendo, portanto, a fuga uma forma de resistência às práticas imperialistas que poderiam traga-los para um destino incerto e mesmo perigoso.

Acreditamos que a sociedade *políade* criou vários elementos de identificação e integração com a vida urbana no quinto século, seja pelo viés religioso como a difusão do culto cívico tal como os festivais sazonais, a exemplo das *Oscoforias*,<sup>45</sup> seja pelo prisma político do regime democrático ou mesmo a propagação de ideais colonialistas.

O que nos fica bastante claro é que para criar-se um elo entre integração social/ integração política/ reconhecimento de grupo, aos pescadores, necessariamente precisariam encontrar pontos de pertencimento, o que nos parece, pelo menos da ótica de envolvimento nas práticas citadas, a ausência de tal sentimento, trazendo na verdade o espectro oposto, a recusa em se envolver com os “atenienses ricos.”

---

<sup>45</sup> Antiga festa da cultura grega que ritualizava a colheita de uvas e a preparação do vinho, que posteriormente era ofertado à Dionísio.

Tal postura poderia ser erroneamente interpretada como um aspecto apolítico, no entanto a sua própria recusa já denota um posicionamento forte e consciente. Reforço que os pescadores eram homens do aqui e agora, portanto preocupados antes em prover seu sustento familiar do que contribuir em um desenvolvimento político-democrático, e muito provavelmente nem saberiam ao certo, o que tal pratica buscaria abarcar.

Uma outra carta evidencia esse distanciamento entre os pescadores e as atividades da cidade. De Kymothoos À Tritônis:

Como há diferença entre a terra e o mar, assim como há, entre nós, os trabalhadores do mar, e a gente que vive nas vilas e nos vilarejos. Eles, eles permanecem atrás das paredes para lidar com assuntos públicos, ou anexar-se à um pedaço de terra a espera que do solo se alimente a sua renda. Mas a nossa própria vida é sobre a água; a terra causa nossa morte, como os peixes, incapazes de respirar o ar. Então, o que você estava pensando, mulher, deixando a costa e as redes de linho, para ir à vila deslumbrar-se com os ritos das Oscoforias e das Lêneas e ti envolver com os festivais desses atenienses ricos? Isto não é razoável, isso não é uma boa conduta, não foi com esta intenção, com certeza, que os teus pais, nativos de Égina ( onde o destino quis que tu nascesse e crescesse) confiaram a mim o teu início nos mistérios do casamento. Se aquela é a vila que te acalenta, adeus, vai-te! Mais se tu amas teu marido e o mundo marinho, volta –você faz a escolha certa- e esqueça para sempre estes espetáculos, estas armadilhas da cidade. (ALCIPHON, 1999, p.54)

Em sociedade é possível perceber vários grupos específicos que possuem uma identidade e práticas comuns próprias. A sociedade como um todo abarca diversos grupos heterogêneos. Para as sociedades antigas é preciso identificar os pontos de pertencimento que fazem os grupos heterogêneos verem-se enquanto sociedade total.

Partindo da ideia de que a democracia, os ritos cívicos ou mesmo o “espírito imperialista” eram pontos de pertencimento político, social, ou mesmo econômico de uma “comunidade nuclear” que tinha por área de atuação a vida urbana, percebemos pelos elementos já elencados a caracterização do cidadão padrão.

Quando lançamos tais perspectivas para o modelo de vida dos pescadores não há harmonia com a ideia de cidadão nuclear urbano construída acima. Para os pescadores há uma outra formulação em sua subcomunidade a principal ligação é o viés profissional, muito provavelmente suas associações seriam aquilo que indicamos como “associações de ofício” na qual as relações de xênia permeavam as interações.

Concluimos que a principal causa para a “apatia” política deste grupo dava-se por uma falta de reconhecimento, pelo viés identitário, de um significado pertinente para o seu envolvimento com as atividades políticas da polis.

O ideal de cidadão bom, belo e justo, está estritamente ligado à participação em um grupo e a interação em um espaço: aqueles que participam da assembleia e tecem suas relações no espaço *políade* ativamente.

A figuração da polis vai mais além do que o local físico, ela está relacionada diretamente à mentalidade, o que implica que estar fora desse conjunto de normas, ou seja, ser “mau”, é transgredir a noção pura de cidadania pregada na cidade ideal.

Os indivíduos que interagiam e estavam ligados ao ambiente marinho não criaram a sua comunidade o seu conjunto enquanto grupo fundamentando-se nos moldes da cidadania *ateniense*, nos parâmetros da polis. As interações e dinâmicas do mar eram categorias que fugiam ao controle ou regulamentação da polis, contribuindo para a desarticulação de um ideal proposto de cidade.

Em *As Leis e Política*, a preocupação com os lugares de habitação e a mistura nociva dos bons cidadãos (altas camadas hierárquicas) com os trabalhadores manuais em geral, e principalmente com os comerciantes estrangeiros (o outro) ligava-se ao problema da formulação das categorias e a busca pelo *etos* do caráter do “ser *ateniense*” essa noção do outro teorizada por Augé (1999) e Vernant (1991) nos serve para pensar o pescador como um símbolo de alteridade, alguém que constitui uma espécie de sistema alegórico de estranheza seja por sua aparência física, seja pela sua tida “apatia” política.

O medo do contato com o outro estaria ligado à preocupação de que ideias estrangeiras, como evidencia Aristóteles, pudessem em algum nível afetar o sistema *políade*, trazendo o caos e desordem. O pescador, sendo aquele que não cumpria certos pressupostos da idealização do cidadão bom, caracteriza-se como cometendo *hýbris* (desmedida) política, aquele que poderia através do contato com o cidadão “bom” torna-lo ardiloso, corrompe-lo daí toda a regulamentação entre espaços selvagem (costa; planícies alagadiças) e espaço de cultura plena (acrópole; *pnix*).

O enfoque na leitura da obra *As Leis*, mas especificamente o livro IV da obra no qual o filósofo discute as relações sobre o mar e a cidade, se deu por um interesse pelo viés político e social, na leitura da outra obra, *Política* de Aristóteles, percebemos que nela há uma discussão mais profunda com relação ao questionamento do regime democrático e alguns postulados que se fazem necessários como as noções de cidadania e a definição de cidade trabalhada pelo filósofo.

Das vinte e uma cartas de Alciphron atribuídas aos pescadores procedemos com a leitura de todas elas, dos cinco livros contidos na *Haliutica* de Oppien nos apropriamos de

três deles, sendo o restante a serem explorados futuramente. Através da análise de Oppien percebemos aspectos cotidianos e ações mentais destes “homens do mar”.

Como sabemos, as pinturas nos vasos áticos possuem também um caráter pedagógico, ou seja, tem o intuito de transmitir certos valores, o ato de pintar cenas de pesca com o olhar de perfil que implica a não participação da cena, o que inferi a pesca como atividade proibida e o fato de não representar a pesca em alto mar denota primeiramente o não interesse em representar essa atividade, e posteriormente o total desconhecimento da procedência da mesma.

Os pescadores eram transgressores da ordem e da identidade ateniense enquanto discurso, eles rompiam com modelos hierárquicos propostos por Platão, mas ao mesmo tempo que recebiam este olhar, a *polis* ainda assim precisava destes homens, esta figura seria então uma “mal” necessário.

Poderia o pescador ser um cidadão “outro”, mas que ganharia um estatuto relativo de “mesmo” quando este comercializava ou fornecia o produto para o comércio, a preços que as camadas mais baixas podiam comprar e se abastecer.

Seria nesse momento que o pescador conseguiria enfim se aproximar e criar laços, pelo menos, com outros grupos da polis.

E dentre esse sistema hierárquico e excludente da polis não havia espaço para o exercício de plena cidadania dos pescadores.

Através destas reflexões, pudemos perceber que os pescadores eram um grupo isolado e apolítico do ponto de vista de seus contemporâneos, mas que constituíram uma comunidade própria, com características próprias e que se estabeleciam, muito provavelmente, em uma região definida: a costa ateniense.

Sendo a democracia um regime do povo e para o povo, o que poderia trazer um anseio de melhora social para todos os grupos menos abastados e a possibilidade de participação direta nas decisões da polis, uma experiência de governo nunca antes pensada no mundo antigo ocidental no qual as tiranias e os regimes oligarcas se destacavam, posto isso, um dos nossos principais questionamentos girou entorno dessa recusa por parte deste grupo em específico, os pescadores atenienses do período clássico, neste modelo político, tal como o imaginário negativo que foi se constituindo sobre o mar e fazendo com que estes pescadores fossem vistos com características próprias do mar, “homens mais que humanos” homens mar.

## 5 CONCLUSÃO

A partir dos dados levantados e analisados, compreendemos que as projeções culturais dos artificios gregos revelam ideias que de certo modo eram de uma compreensão geral para quem estava inserido naquela cultura.

Quando se tratava do imaginário relativo ao mar e seus habitantes, o espaço marinho e desconhecido permitiu e, de certo modo ainda permite, ao homem, criações das mais imaginativas para tentar reproduzir o que ele entende sobre o que não compreende, com os gregos não era diferente. O ganho para o pesquisador contemporâneo é tentar analisar, através destas projeções o âmbito social, cultural, político, etc.

O pescador que também era uma agente daquele sistema cultural e um participante ativo do meio marinho tinha por principais rituais o respeito às deidades marinhas com o objetivo de obtenção de boas navegações ou bons frutos na caça, nesse sentido os textos antigos também farão referência à pesca, principalmente à pesca em alto mar, em um sentido muito mais representativo do que ocular, já que está prática vai estar muito próxima de uma figuração imaginária, construída por uma documentação de elites, uma vez que não recebemos o discurso direto dos pescadores.

Pensamos a atribuição do espaço portuário como símbolo ambivalente entre os espaços rurais e urbanos. O porto é um “terceiro lugar”, marcado pela dualidade transitória. É o lugar onde os limites se entrelaçam e as distinções sociais afloram. Para Platão a cidade ideal não deve abrir ou acolher esses espaços dúbios, ora, como já posto, todo o terceiro livro das Leis é uma ode disfórica e discursiva relacionada ao mundo marinho, mas se investigarmos outras narrativas como a lenda da *pólis* de Atlântida percebemos o teor da *paidéia* proposta por Platão.

Sendo assim concluímos que este, um educador da aristocracia ateniense estava preocupado na afirmação de uma identidade que fazia parte, ou abrangeria, uma parcela extremamente reduzida do contingente social grego, entra aqui a crítica às fontes. Claramente o discurso aristocrático estava contido nos escritos platônicos, a tentativa de homogeneizar as identidades plurais que se construíram na Ática estaria, ao mesmo tempo estaria, ao nosso ver, ligado ao discurso de soberania e divisão social por outro lado.

A investigação da iconografia nos permitiu identificar que a identidade destes homens do mar, não era de certa maneira tão negligenciada por parte de uma cultura mais planificada, através das percepções paisagísticas contidas na figuração relacionada ao



mundo marinho. É identificado o respeito ao local de atuação destes homens, local de sua provável construção identitária como já posto anteriormente.

Além disso, como demonstramos, a sobrevivência do sistema político democrático, mesmo que falho, esteve submetido ao sucesso do empreendimento imperial, sendo este o mecanismo de manutenção a resolução dos conflitos entre proprietários e cidadãos menos abastados, mesmo que, o discurso platônico tenha por vezes, a partir de elaborações metafísicas, construído argumentos que demonstrassem a falha do sistema constituído.

Os pescadores estavam muito mais preocupados com as suas urgências cotidianas e a sua difícil jornada no mar. Honravam seus deuses, enalteciam as suas práticas e tinham no seu modo de vida específico o reconhecimento de sua identidade.

## REFERÊNCIAS

### Documentação Textual:

ALCIPHON. **Lettres de Pêcheurs de Paysans, de Parasites et d'Hétaïres**. Les Belles Lettres, 1999.

ARISTÓTELES. **Politics**, Loeb Classical Library. Cambridge. 1977.

HESÍODO. **Os Trabalhos e os Dias**. Tradução de Mary de Camargo Neves Lafer. São Paulo: Iluminuras. 1996. 3ª edição.

HOMERO. **Odisséia**. Tradução de Donaldo Schüler. *São Paulo: L&PM. 2007*.

PLATÃO. **The Laws**. London: William Heinemann. 2 vols. 1984.

OPPIEN. **Cynegetica & Halieutica**. London: Loeb. 1928.

### Documentação Imagética:

Antikensammlung, Berlim, Alemanha. F2537. Arquivo Beazley nº: 217211.

Berlim, Antikenmuseum F1915.

Beazley, J.D., *Attic Red-Figure Vase-Painters*, 2nd edition (Oxford, 1963): 110.6

<<http://www.theoi.com/Gallery/P12.4A.html>> Acesso em: 1 de abril de 2015.

<<http://www.theoi.com/Gallery/P12.4C.html>> Acesso em: 1 de abril de 2015.)

<<http://www.theoi.com/Gallery/P12.4D.html>> Acesso em: 1 de abril de 2015.)

<<http://www.theoi.com/Gallery/O21.3.html>> Acesso em: 1 de abril de 2015.)

HOPPER, R.J. *Trade and industry in classical Greece*. Londres: Thames and Hudson, 1979.

Panvini, R. and Giudice, F. (eds.), *Ta Attika, Attic Figured Vases from Gela* (Rome, 2003):

275.E4 (I) VILLANUEVA-PUIG, M.C. *Images de l'avie quotidienne en Grèce dans l'antiquité*. Paris: hachette, 1992, p.82.

VILLANUEVA-PUIG, M.C. *Images de l'avie quotidienne em Grèce dans l'antiquité*. Paris: Hachette, 1992, p.75.

TRENDALL, A.D. Greek red-figures fish plates. 1987

**Dicionário:**

Pereira, S.J, Isidro. **Dicionário Grego-Português e Português-Grego**. 4. ed. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1969.

**Bibliografia:**

Assunção, Marla Rafaela Lima de. **O imaginário sobre o mar e o estatuto social dos "homens do mar" na Atenas Clássica (século V-IV a.C)**. São Luís, 2015, 77.f

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Tradução Maria Lúcia Pereira. Campinas. SP: Papyrus. 1994.

\_\_\_\_\_. **O Sentido dos Outros**. Petrópolis: Editora Vozes. 1999

CARLAN, Cláudio Umpierre. **As origens históricas e a configuração sócio política da Grécia Arcaica**. Revista história e história. [online] São Paulo: Unicamp,2010, Fevereiro, 2010. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/material.cfm>> ISSN 1807-1783.

CORVISIER, Jean-Nicolas. **Les grecs et La Mer**. Paris: Les Belles Lettres, 2008.

DETIENNE, M.; Vernant, J. P. **Métis: As astúcias da inteligência**. Tradução: Filomena Hirata. São Paulo: Odysseus Editora. 2008.

F. Borgeaud, G. Cambiano, L. Canfora, et al. *L'Uomo Greco*. Tradução: Maria Jorge Vilar de Figueiredo. 1ª edição, Lisboa: Editora Presença, 1994.

FILEY, Moses I. **Democracia antiga e moderna**: edição revista; tradução de Waldéa Barcellos, Sandra Bedran; revisão técnica Neyde Theml.-Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRONTISI-DUCROUX, F. Dédale. **Mytologie de l'Artisan em Grèce Ancienne**. Paris: François Marçois Maspero, 1975.

< <http://www.theoi.com/Gallery/P12.4A.html>> Acesso em: 1 de abril de 2015.

Joly, Martine. **Introdução à Análise da Imagem**, Lisboa, Ed. 70, 2007 — Digitalizado por SOUZA, R.

LIMA, Alexandre Carneiro Cerqueira. **Cultura Popular em Atenas no V Século a.C.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

POLANYI, K. 1963. **Ports of Trade in Early Societies**. *The Journal of Economic History* XXIII, 1, march: 30-45.

SCHNEIDER, Sergio and ESCHER, Fabiano. **A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural**. *Sociologias* [online]. 2011, vol.13, n.27 [cited 2016-02-14],pp.180-219

THELM, Neyde. **Público e privado na Grécia do VIIIº ao IVº sec. A.C.** Rio de Janeiro. 7Letras, 1998.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**. Cia das letras. São Paulo, 2011.

VERNANT, Jean Pierre. **Entre o mito e política**. Tradução: Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Morte nos Olhos. Figuração do Outro na Grécia Antiga—Ártemis e Gorgó**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

VIEIRA, Ana Livia Bomfim. **O mar, os pescadores e os seus deuses: religiosidade e astúcia na Grécia Antiga**. São Luís: Café e Lápis, Editora UEMA, 2011.

## APÊNDICES

